



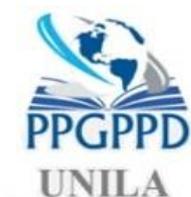
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES PÚBLICOS E EMPRESÁRIOS SOBRE AS ÁREAS INDUSTRIAIS DE
FOZ DO IGUAÇU**

MARCOS ADRIANO GABRIEL

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES PÚBLICOS E EMPRESÁRIOS SOBRE AS ÁREAS INDUSTRIAIS DE
FOZ DO IGUAÇU**

MARCOS ADRIANO GABRIEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Foz do Iguaçu
2023

MARCOS ADRIANO GABRIEL

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES PÚBLICOS E EMPRESÁRIOS SOBRE AS ÁREAS INDUSTRIAIS DE
FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA DE DEFESA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Flávio de Matos Rocha
FAPED e UNIOESTE

Prof.^a Dr.^a. Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor
UNILA

Foz do Iguaçu, 17 de novembro de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

G118i

Gabriel, Marcos Adriano.

Industrialização e desenvolvimento regional: a percepção dos gestores públicos e empresários sobre as áreas industriais de Foz do Iguaçu / Marcos Adriano Gabriel. - Foz do Iguaçu, 2023.

82 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, PPGPPD, Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Gilson Batista de Oliveira.

1. Industrialização - Foz do Iguaçu. 2. Distritos industriais. 3. Desenvolvimento regional. I. Oliveira, Gilson Batista de. II. Título.

CDU 338.45(816.2)

Dedico este trabalho a Deus e à
minha família com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, artífice da vida, que com generosidade tem premiado a minha existência com infinitas possibilidades de aprendizagem, de afeto de desenvolvimento e de segurança.

Agradeço à minha família, especialmente minha esposa Adriana e meu filho Fabrício, que me apoiam e incentivam na busca por conhecimentos. Sou grato também aos amigos pelo companheirismo e apoio na minha jornada de estudos.

Agradeço à Universidade da Integração Latino Americana – UNILA, pela oportunidade proporcionada de pesquisar e conhecer melhor a sociedade em que vivo e atuo. O mestrado é, sem dúvida, uma conquista que impulsiona o desejo de conhecer cada vez mais a sociedade em que vivemos.

Enfim, sou imensamente grato ao Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira pelos ensinamentos e pela sabedoria em descortinar a vida social e política que tanto motiva a construção de novos conhecimentos, sem a sua dedicada orientação eu não chegaria aos conhecimentos necessários para concluir o mestrado, seu exemplo e atenção impulsionam as nossas conquistas.

Muito obrigado!

“O único modo de escapar da corrupção causada pelo sucesso é continuar trabalhando”.

Albert Einstein

RESUMO

Foz do Iguaçu tem como ponto central de sua economia o turismo, por isso outras áreas de desenvolvimento são esquecidas e acaba não ocorrendo o crescimento necessário para atender às necessidades de empregabilidade da população. Diante dessa constatação, torna-se necessário compreender como o desenvolvimento industrial incide sobre o desenvolvimento regional. Por isso, este estudo volta a sua atenção para abordar as questões relacionadas às políticas públicas destinadas ao desenvolvimento industrial do município de Foz do Iguaçu de forma geral e, como objetivos específicos busca-se: identificar as políticas públicas que o município de Foz do Iguaçu pratica para promoção do desenvolvimento industrial do município; mapear as áreas industriais existentes na cidade e; compreender como as áreas industriais de Foz do Iguaçu impactam no desenvolvimento socioeconômico, segundo a percepção dos gestores públicos e empresários da cidade. A problemática de pesquisa envolve a busca de conhecimento sobre como as políticas públicas de desenvolvimento das áreas industriais da cidade de Foz do Iguaçu podem beneficiar o desenvolvimento socioeconômico para a população que reside em Foz do Iguaçu. O método de pesquisa é a abordagem qualitativa de cunho exploratório, visando realizar uma revisão de literatura sobre os aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu e recolher e analisar os dados coletados na pesquisa de campo, através de entrevistas qualitativas, com gestores da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e empresários das áreas industriais da cidade. Os resultados demonstraram que os empresários entrevistados estão insatisfeitos com as políticas públicas municipais de Foz do Iguaçu, pois as consideram ineficientes por não impulsionarem o desenvolvimento industrial do município.

Palavras-chave: industrialização; áreas industriais; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Foz do Iguassu has tourism as the central point of its economy, which is why other areas of development are forgotten and the necessary growth to meet the population's employability needs ends up not occurring. Given this finding, it becomes necessary to understand how industrial development affects the development of a region. Therefore, this study turns its attention to addressing issues related to public policies aimed at the industrial development of the municipality of Foz do Iguassu in general and, as specific objectives, it seeks to: identify the public policies that the municipality of Foz do Iguassu practice to promote the industrial development of the municipality; map existing industrial areas in the city and; understand how the industrial areas of Foz do Iguassu impact socioeconomic development, according to the perception of public managers and businesspeople in the city. The research problem involves the search for knowledge about how public policies for the development of industrial areas in the city of Foz do Iguassu can benefit socioeconomic development and guarantee an improvement in the quality of life for the population residing. The research method is a qualitative approach of an exploratory nature and aims to carry out a literature review on the theoretical and historical aspects of the development of the municipality of Foz do Iguassu and collect and analyze data from qualitative interviews with managers from the Municipal Department of Industry and Commerce and the businesspeople of the industrial areas. The results demonstrated that the interviewed businesspeople are dissatisfied with Foz do Iguassu's municipal public policies, as they consider them inefficient as they do not boost the municipality's industrial development.

Keywords: industrialization; industrial areas; regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Síntese da organização da pesquisa.....	19
Figura 2: Parque industrial Jardim Europa.....	44
Figura 3: Parque industrial da região do Morumbi.....	44
Figura 4: Área industrial Parque Pilar Campestre.....	45
Figura 5: Área de invasão ao lado do parque industrial Portal da Foz.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fases do desenvolvimento industrial no Brasil	29
Quadro 2: Informações dos empresários sobre planejamento industrial.....	48
Quadro 3: Opinião sobre a atuação municipal nas áreas industriais.....	49
Quadro 4: Informações sobre políticas públicas para as indústrias	50
Quadro 5: Opinião sobre incentivos fiscais.	51
Quadro 6: Opinião a respeito das políticas de estabelecimento de competitividade entre as empresas da área industrial.....	52
Quadro 7: Opinião sobre as questões relacionadas a financiamento industrial...	53
Quadro 8: Opinião dos empresários sobre os entraves ao desenvolvimento industrial	54
Quadro 9: Declarações dos empresários sobre agenda de reformas e oferta de oportunidades para a indústria iguaçuense.....	55
Quadro 10: Opinião sobre o incentivo da Lei de Maquila para as indústrias brasileiras instaladas no Paraguai.....	56
Quadro 11: Impressões dos empresários iguaçuenses sobre a crise mundial....	58
Quadro 12: Informações dos gestores sobre planejamento industrial.....	59
Quadro 13: Opinião dos gestores sobre a atuação municipal nas áreas industriais.....	61
Quadro 14: Informações sobre políticas públicas para as indústrias.....	62
Quadro 15: Opinião dos gestores sobre políticas de incentivos fiscais	63
Quadro 16: Declarações sobre as medidas adotadas pelo poder municipal para as áreas industriais.....	64
Quadro 17: Opinião dos gestores sobre acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento industrial.....	65
Quadro 18: Visão dos gestores sobre políticas de desenvolvimento e remoção de entraves.....	66
Quadro 19: Parecer dos gestores sobre a agenda de reformas e oferta de oportunidades ao setor industrial.....	67
Quadro 20: Conhecimento e opinião dos gestores sobre a Lei de Maquila.....	68
Quadro 21: Impressões dos gestores sobre a influência das crises mundiais.....	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA.....	13
1.2 PROBLEMA	14
1.3 PRESSUPOSTO	16
1.4 OBJETIVOS	16
1.4.1 Objetivo Geral	17
1.4.2 Objetivos Específicos	17
1.5 METODOLOGIA.....	31
1.6 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	17
2. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO	19
2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	19
2.1.1. Industrialização e Desenvolvimento regional	20
2.2 A INDÚSTRIA NO BRASIL	22
2.2.1. O Desenvolvimento da Indústria Paranaense	25
3. ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL DE FOZ DO IGUAÇU	31
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	37
4. ANÁLISE SITUACIONAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	82

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática o desenvolvimento regional no extremo oeste do Estado do Paraná, tendo como objeto a percepção dos empresários e gestores públicos sobre as áreas industriais do município de Foz do Iguaçu, pois este segmento da economia municipal não encontra ampla discussão na economia local, embora seja relevante desenvolver indústrias locais para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da cidade.

Foz do Iguaçu tem como ponto central de sua economia o turismo, por isso outras áreas de desenvolvimento são pouco trabalhadas e acabam não ocorrendo o crescimento necessário para atender às necessidades de empregabilidade da população.

O desenvolvimento econômico de um município ou região pode ser observado pelo aumento no nível de produção, mas ser reconhecido como desenvolvimento precisa alcançar toda a comunidade gerando melhorias nos mais diversos segmentos como: infraestrutura, educação, saúde e renda *per capita* da população.

O conceito de desenvolvimento regional com base na industrialização indica que para impulsionar esse desenvolvimento gerando reações em cadeia, é necessário criar condições para atrair as indústrias para uma determinada região. De acordo com Cavalcante (2008), esse processo de cadeias produtivas é desenvolvido a partir do entrelaçamento das estruturas econômicas.

Uma cadeia de produção caracteriza-se como um conjunto de operações que transformam uma matéria prima em produto seguindo diversas etapas. Esse processo produtivo ocasiona também um conjunto de relações comerciais e financeiras decorrente dos fluxos de trocas entre fornecedores e clientes consumidores. Esse setor de produção é classificado no desenvolvimento regional em três setores: i) o setor primário que compreende a geração de matéria prima bruta identificado principalmente pela extração de produtos naturais, pela agricultura e agropecuária; ii) o setor secundário que compreende a industrialização e; iii) o setor terciário que é representado pelo comércio e pelos transportes.

Madureira (2012), ao tratar das cadeias produtivas, pontua que estas podem gerar influências externas, que tanto podem ser de caráter positivo quanto negativo. Os aspectos positivos são marcados pela geração de emprego e renda, desenvolvimento de infraestrutura, capacitação de mão de obra e outras

características de desenvolvimento. Os aspectos negativos são representados pelos polos geradores de aglomerações industriais, urbanas, trânsito, poluição urbana e saturação da infraestrutura urbana.

Diante desta constatação, torna-se necessário compreender como o desenvolvimento industrial incide sobre o desenvolvimento de uma região, para compreender como o poder público desempenha seu papel no processo evolutivo de uma região, pois cabe à gestão pública posicionar-se de maneira crítica para auxiliar na promoção do crescimento econômico por meio desse (MADUREIRA, 2015).

1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA

O desenvolvimento não acontece de maneira uniforme, há regiões que se desenvolvem com maior facilidade por estar acessível e possuir infraestrutura adequada ao desenvolvimento, outras regiões que não se desenvolvem naturalmente, necessitam de planejamento de políticas públicas que contribuam para que os investimentos gerem desenvolvimento. Neste aspecto, políticas públicas de incentivo fiscal vem contribuindo para que grandes empresas sejam instaladas em locais onde se faz necessário promover desenvolvimento e gerar emprego e renda que contribua para fixar os habitantes naturais em sua origem (OLIVEIRA, 2002; CAVALCANTE, 2008).

Em 2019, por meio do Decreto nº 9.810, foi atualizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que se apresenta como um instrumento legal que alicerça as ações em busca de reduzir as desigualdades econômicas e sociais nas mais diferentes regiões do país, criando oportunidades que resultem em crescimento e desenvolvimento econômico.

As políticas de desenvolvimento precisam estar relacionadas à assistência social para articular benefícios para toda a sociedade, por isso essas políticas devem ser pautadas como instrumento legal que delimite as ações em todas as instâncias da administração pública em busca de reduzir as desigualdades econômicas entre as regiões criando oportunidades de desenvolvimento (CASTRO; OLIVEIRA, 2014). Assim, os objetivos relacionados às políticas públicas de desenvolvimento social nas regiões representam o combate às desigualdades de cada região, aproveitamento de recursos e potencialidades endógenas de cada região, promoção de ordenamento dos territórios e garantia de participação dos cidadãos na resolução dos problemas de

cada região são as principais bases em que se devem pautar as políticas públicas de desenvolvimento regional,

Segundo as pesquisas realizadas pelo IPADES (2010), o desenvolvimento deve ocorrer próximo da região ou do ambiente local do cidadão ao qual está direcionada a política pública. Desta forma, é necessário entender como se processa ou deverá se processar o desenvolvimento regional, que neste caso, precisa ser entendido como uma classificação do conceito específico de desenvolvimento, realçando o resultado das políticas de desenvolvimento global e, considerando em seus objetivos a maneira adequada para promover racionalidade e equilíbrio ao utilizar e dinamizar um território.

Neste aspecto, o desenvolvimento regional não resulta de uma construção teórica ou acadêmica de desenvolvimento, mas tem origem na necessidade real, na eficácia da gestão dos fatores de desenvolvimento, estabelecendo o melhor uso dos recursos e garantindo maior participação dos cidadãos (MADUREIRA, 2015). Essa busca de soluções para os problemas que são gerados pela economia global, precisa atenuar os desequilíbrios espaciais e de crescimento de cada região.

A principal característica do processo de desenvolvimento econômico regional é marcada pelo protagonismo dos envolvidos em cada localidade ou região em busca de formular as melhores estratégias, de tomar decisões econômicas e implementar a ação. O processo de desenvolvimento econômico tem como base a autonomia dos agentes locais.

Por tudo o que envolve o estudo de políticas públicas de desenvolvimento regional e o papel das indústrias nesse processo, a pesquisa sobre a percepção dos empresários e agentes públicos ajuda a elucidar questões relacionadas às políticas públicas destinadas ao desenvolvimento industrial do município de Foz do Iguaçu, por entender que esta questão amplia as possibilidades de conhecimento em relação à promoção do desenvolvimento do município.

1.2 PROBLEMA

Ao tratar o desenvolvimento regional do município de Foz do Iguaçu é importante refletir sobre a vocação natural que a localidade geográfica da região representa. Segundo o Censo de 2022, o município possui 285.415 habitantes, um aumento na população de aproximadamente 10% com relação ao Censo anterior e a

população é formada por pessoas de diferentes origens, pois durante a construção de Itaipu vieram trabalhadores de todos os estados do Brasil e, depois, o comércio internacional atraiu outros tantos comerciantes de diferentes locais do mundo. Aproximadamente, 72 etnias habitam a cidade (STECA, 2002).

Desta forma, a região apresenta como fenômeno a convivência pacífica entre povos diferentes, respeitando os costumes e peculiaridades de cada nação, sem contar que brasileiros, argentinos e paraguaios convivem com harmonia. A língua hispânica e o português são facilmente compreendidas e não impedem a comunicação entre os habitantes da fronteira.

A cidade de Foz do Iguaçu possui um alto índice de ocupação além de uma população itinerante representada por turistas que visitam as maravilhas da natureza e as construções monumentais, além de receber turistas que realizam suas compras no Paraguai.

A base econômica da cidade de Foz do Iguaçu é o turismo, tanto o turismo gerado pelas Cataratas, quanto pelas outras maravilhas que se situam no município como a Itaipu, o Lago de Itaipu, o Marco das Três Fronteiras e as pontes que ligam os três países, que são obras arquitetônicas que encantam os turistas, além disso desenvolve-se na região de fronteira o turismo de compras com impostos e câmbios diferenciados e que geram divisas aos três países.

A cidade de Foz do Iguaçu recebe mais de um milhão de turistas ao ano, possui um dos maiores parques hoteleiros do Brasil e, ao contrário dos locais de turismo litorâneo, não possui sazonalidade, pois suas belezas são visitadas mesmo no inverno. O turismo de compras impulsiona a economia local, pois mesmo as pessoas que vêm comprar no Paraguai ou na Argentina utilizam as instalações de hospedagem em Foz do Iguaçu.

Essa vocação turística, direciona o desenvolvimento regional, mas não impede que investimentos na área industrial sejam realizados, o que pode trazer grandes benefícios econômicos para a região, a exemplo do que já aconteceu no final do século XX quando foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que impulsionou economicamente a região (PMFI, 2022).

Diante disso, surge como questionamento para esta pesquisa:

- Como as políticas públicas de desenvolvimento das áreas industriais da cidade de Foz do Iguaçu pode beneficiar o desenvolvimento socioeconômico para a população que reside no município?

1.3 PRESSUPOSTO

O turismo ao ser definido como uma atividade econômica, que tem como objetivo a satisfação das necessidades das pessoas que se movimentam para fora do seu ambiente habitual, se apresenta como um fenômeno pós-industrial, advindo dos avanços tecnológicos no setor de viagens e da busca pela ocupação do tempo livre.

Essas viagens, que antes eram de poucos, foram se tornando acessíveis à maioria, isso se deve ao desenvolvimento dos meios de transporte e ao acesso à comunicação global. Entretanto, o turismo não é uma atividade somente econômica, é também social, que se constitui no deslocamento de pessoas e na interação com o local a ser visitado. Essa atividade muitas vezes é motivada pelo lazer, e engloba vários serviços, como hospedagem, transporte, gastronomia, publicidade e outros. O turismo é a atividade que mais cresce na economia mundial contemporânea e se destaca, pelo evidente o interesse das pessoas pela natureza e questões ambientais.

Foz do Iguaçu possui um grande potencial turístico e isso conduz muitas pessoas a trabalhar neste segmento, seja nas atividades diretamente ligadas à visitação dos pontos turísticos, seja nos serviços de hospedagem, transporte, gastronomia e outras ocupações ligadas ao recebimento dos visitantes, mas o segmento turístico não é suficiente para envolver toda a sociedade iguaçuense. Outras atividades de produção industrial exigem políticas de desenvolvimento que promovam o desenvolvimento regional para garantir que a economia local apresente empregabilidade e melhoria do desenvolvimento socioeconômico regional.

Diante disso, este estudo tem como pressuposto de investigação a busca de compreensão das causas de mesmo o município contanto com diversas áreas industriais, seu desenvolvimento é representativo, assim, torna-se necessário estudar as áreas industriais em sua infraestrutura e capacidade e entender, após pesquisa de campo com empresários e gestores públicos, as causas que impedem o desenvolvimento e, na medida do possível, apresentar sugestões de políticas públicas que possam mitigar o desenvolvimento regional por meio do desenvolvimento industrial de Foz do Iguaçu.

1.4 OBJETIVOS

Para verificar a hipótese levantada, a dissertação proposta será norteada por um objetivo geral e três específicos.

1.4.1 Objetivo Geral

Pretende-se como objetivo geral:

- Pesquisar como as políticas públicas, que o município de Foz do Iguaçu coloca em prática, afetam o desenvolvimento industrial do município na percepção dos empresários e gestores públicos locais.

1.4.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos busca-se:

- i) Mapear as áreas industriais existentes na cidade de Foz do Iguaçu e;
- ii) Compreender como as políticas públicas locais, que geraram as áreas industriais de Foz do Iguaçu, impactaram, segundo a percepção dos empresários e gestores públicos, no desenvolvimento socioeconômico da cidade.

1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O estudo organiza-se em capítulos sequenciais e lógicos, sendo essa introdução como o primeiro capítulo. Na introdução do estudo foram definidos os objetivos, apresentada a justificativa e identificada a problemática de pesquisa que necessita ser respondida na pesquisa.

O segundo capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre o conceito de desenvolvimento regional e sobre os aspectos históricos e econômicos da industrialização no Brasil e no Paraná, analisando, especialmente, a influência da indústria no desenvolvimento de cada região.

No terceiro capítulo são trabalhados os aspectos metodológicos apresentando os procedimentos realizados para desenvolver a pesquisa tanto bibliográfica como a pesquisa de campo que permitiu a coleta de dados por meio de entrevistas. A análise e discussão dos dados valeu-se dos métodos de análise de discurso para apresentar os resultados da coleta com as opiniões e expectativas dos empresários e gestores públicos sobre as políticas de desenvolvimento das áreas industriais do município.

No quarto capítulo descreve-se uma contextualização sobre os aspectos históricos e as áreas industriais existentes na cidade de Foz do Iguaçu, analisa as fases do desenvolvimento do município, as condições desse desenvolvimento face à localização fronteiriça, a relação entre a industrialização e o turismo na região da

tríplice fronteira enquanto aspecto do desenvolvimento econômico da região.

O quinto capítulo, apresenta descritivamente os resultados da pesquisa de campo, da pesquisa documental e das entrevistas que contribuem com informações a respeito de como as áreas industriais de Foz do Iguaçu impactam no desenvolvimento socioeconômico da cidade. A pesquisa demonstra que não há um desenvolvimento industrial efetivo, as áreas industriais, são descritas pelos empresários como problemáticas em relação à infraestrutura e os incentivos econômicos/fiscais não atendem às necessidades de desenvolvimento dos polos industriais do município. Além disso, aventa-se as influências da lei de maquila, que induz indústrias brasileiras serem instaladas no Paraguai e a influência da rodovia Perimetral Leste que enfrenta problemas na construção e interfere no desenvolvimento das áreas industriais que são todas instaladas às suas margens.

O sexto capítulo, por fim, traz as considerações finais da dissertação e apresenta pontos que devem ser estudados para promover o desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento que possam responder às necessidades de crescimento e desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

2. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Este capítulo traz uma revisão dos conhecimentos teóricos e conceituais do desenvolvimento regional e sobre o surgimento da indústria no Brasil, dando ênfase aos aspectos sociopolíticos da evolução do processo industrial, bem como aborda o surgimento da indústria no Estado do Paraná.

1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento de uma região exige envolvimento em políticas públicas capazes de modificar e intervir na qualidade de vida e em melhorias para a toda a população.

O desenvolvimento regional deve ser entendido como a união estabelecida entre riquezas naturais de uma região, com a cultura, os costumes, as atividades de trabalho, entre outras características que envolvem o desenvolvimento econômico de uma região. O planejamento da produção regional e a promoção do desenvolvimento dinâmico, são importantes contribuições para a economia nacional e mundial. O desenvolvimento regional e seus conceitos são polêmicos e distintos, pois o desenvolvimento convencional, volta-se para os aspectos econômicos. Sendo assim, o modelo de amplificação é centrado na produção, sem se preocupar com o bem-estar humano, sendo visto apenas como consequência da economia e da produção (LIMA *et al.*, 2002).

Druciacki (2013) pontua que o planejamento regional contribui para direcionar a produção do espaço urbano e sua organização, compreendendo a configuração das relações entre os diferentes agentes que atuam no território estudado, os representantes do estado, os detentores dos meios de produção, os promotores imobiliários, e a sociedade em geral. Assim, é possível realizar o planejamento regional, incluindo essas participações de modo que se possa delinear as estratégias e ações para cada região.

O desenvolvimento regional precisa ser estudado, para favorecer os parâmetros para as políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida social, econômica e ambiental para todos os municípios de uma região. A sociedade intervém no tempo e no espaço determinando aspectos históricos, geográficos e sociais,

necessários à análise das ações voltadas ao progresso de uma região (LIMA, *et. al.*, 2002).

Ocorre crescimento regional quando o nível de vida da população melhora, com melhorias na renda que deve superar a escalada demográfica (MARTINEZ, 2003). Entretanto, é importante considerar que, nem sempre uma região com Produto Interno Bruto (PIB) elevado promove a melhor distribuição de renda e garantias de crescimento de produção, por isso, é necessário atuar para produzir com sustentabilidade, pois a destruição dos recursos naturais afeta a vida de todas as pessoas, independente da condição social (DESBIENS; FERRERA DE LIMA, 2004).

Martinez (2003) pontua que o estilo de desenvolvimento é mais do que uma imposição da corrente de pensamento econômico, pois sua reprodução só acontece em virtude da participação popular no sistema, seja uma participação consciente ou inconsciente, mas que possa representar o que se faz, como e onde faz. O desenvolvimento vai além de gerar riquezas, gera qualidade de vida, empregos e supre as necessidades sociais.

Há aspectos a serem observados para atingir o desenvolvimento, é necessário garantir oportunidades sociais, transparência e segurança social. Nesse aspecto, a educação é premissa fundamental de permissão de acesso da população local ao crescimento global, pois o capital humano é fator de produção e solução para problemas. De acordo com Desbiens e Ferrera de Lima (2004), o retorno trazido por um cidadão que receba as condições necessárias para atuar no mercado de trabalho será da ordem de um para dez, porque esse cidadão passa a gerar rendas suficiente para outras dez pessoas.

Druciaki (2013) pontua que o crescimento e o desenvolvimento é desencadeado por uma sequência de fases que criam as condições necessárias para continuar ampliando. Neste contexto, o desenvolvimento regional acontece mediante a descentralização de políticas regionais de crescimento da base econômica, que envolvam a força de trabalho e os setores de produção de riquezas.

2.1.1. Industrialização e Desenvolvimento Regional

Para entender o papel da indústria no desenvolvimento regional há que se discutir os fatores que incidem sobre o setor produtivo industrial e quais as influências desse setor sobre a vida dos habitantes, sobre o meio ambiente e sobre a economia.

Além disso, é fundamental analisar historicamente as relações de poder estabelecidas que caracterizam a industrialização.

Matos *et al.* (2012) pontuam que o desenvolvimento regional é buscado incessantemente e para alcançá-lo, existem fatores externos que não são dominados pelo setor industrial e outros setores internos que são controláveis, entre esses fatores de influência na relação do desenvolvimento regional com a industrialização, esses fatores são identificados como Arranjo Produtivo Local (APL) e representam as ações desenvolvidas pelos atores sociais locais, também identificado como capital social de uma região.

Desde meados do século XX vêm se analisando o desenvolvimento regional. Perroux (1963) apresenta considerações a respeito do modelo de uma economia que cresce regularmente e se modifica na proporção em que se modificam os fluxos da produção global em comparação com o crescimento da população. Assim, considera-se que a relação entre fluxos de produção, de consumo e de bens, estará em equilíbrio e desenvolvimento à medida em que há aumento de consumo proporcionalmente à produção, à renda *per capita* interferindo no índice de preços geral e relativo.

Desta forma, discute-se o desenvolvimento econômico de uma região quando é possível compreender os impactos da organização do sistema produtivo sobre o desenvolvimento social. Lima e Simões (2010) ao estudar o planejamento econômico em países periféricos a América Latina, pontuam que existem quatro teorias sobre a dinâmica regional que se desenvolveram no período pós-guerra que compreendem a Teoria dos Polos de Crescimento, Teoria da Causação Circular Cumulativa, Teoria do Desenvolvimento Desigual e a Teoria da Transmissão Inter-regional de Crescimento e da Base de Exportações. Entretanto, essas teorias seguem as recomendações de políticas públicas, que nem sempre, são interpretadas adequadamente.

Pedrosa (2015) pontua que a teoria dos polos no Brasil não é homogênea e não ocorre por apenas uma instituição, são grupos e instituições que a apresentam a sua natureza com perspectivas diferentes, demonstrando uma diversidade centralizada pelo IBGE que analisa o seu impacto e sua importância sob os aspectos geográficos, dissociados do planejamento e da economia, cuja influência ofusca a consolidação do IPEA.

Quando se trata de adoção de políticas públicas, é necessário refletir a respeito do desenvolvimento de maneira a transcender os aspectos exclusivos da economia, em favor da promoção da política econômica e do bem-estar social.

Quando se refere à teoria dos polos de crescimento, deve-se abordar a indústria motriz, as formas de polarização, de economias de aglomeração, de separatismo ou renúncia de soberania e despolarização, com exemplos de sua aplicação regional.

Souza (2005) explica que a teoria dos polos aborda a essência dos núcleos regionais que pressupõe uma periferia. Assim, a interação entre os agentes locais é fundamental para alavancar a pesquisa tecnológica e a sua aplicação nos meios de produção. Assim, é imprescindível para o desenvolvimento regional a existência de instituições eficientes, economias de aglomeração e criação e difusão de novas tecnologias.

No cenário político de uma região é importante a promoção do desenvolvimento como resultados de políticas públicas sociais bem definidas e bem-sucedidas. Para Botega *et al.* (2006) a busca pelo desenvolvimento através da industrialização, não deve ofuscar a visão dos planejadores locais, deve sim transformar o impulso de crescimento em qualidade de vida para toda a população, mas para isso é preciso planejar ações contínuas e evitar efeitos negativos na industrialização.

Ainda Botega *et al.* (2006) explica que a ideia de buscar o desenvolvimento por meio da industrialização é reforçada pelo desempenho das nações ricas e industrializadas que atingem níveis mais elevados de conforto e de qualidade de vida.

2.2 A INDÚSTRIA NO BRASIL

No Brasil colônia, a manufatura de matéria prima era proibida pela coroa portuguesa. Ao Brasil colônia era permitido apenas fornecer produtos agrícolas para o mercado externo. Após a independência, tiveram início as modificações econômicas que permitiram investimentos em outras atividades econômicas, dando início à indústria (FURTADO, 2006).

Até o final do século XIX o Brasil possuía poucas indústrias e a participação no desenvolvimento econômico do país era quase nulo, somente no início do século XX o desenvolvimento industrial tornou-se mais representativo. A falta de investimentos e políticas de desenvolvimento industrial acarretou sérios problemas econômicos, além dos problemas políticos (SANTOS; SILVEIRA, 2016). Com a crise ocorrida em 1929, a fragilidade da economia brasileira tornou-se mais evidente e impulsionou a necessidade de mudanças para diversificar a produção do país. Com a entrada de

Getúlio Vargas, em 1930, teve início o processo de industrialização incentivado e coordenado pelo governo, tornando-se o eixo que norteava as discussões e negociações políticas da Era Vargas quando importantes medidas contribuíram para o desenvolvimento da indústria no Brasil (GUITARRARA, 2022).

De acordo com Furtado (2006), Getúlio Vargas foi responsável pela construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro e, coube também a ele construir a Companhia Vale do Rio Doce para exploração de minério de ferro em Minas Gerais. Além disso, também foi criada a Petrobrás, garantindo que o petróleo bruto pudesse ser refinado para uso no Brasil. Para que o crescimento da indústria fosse consolidado, Vargas criou a CLT – Confederação das Leis do Trabalho, a fim de garantir direitos aos trabalhadores e evitar greves que pudessem impedir o crescimento econômico.

Após a Segunda Guerra Mundial e, já na segunda metade do século XX, durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961), mais conhecido como JK, foram criadas as medidas alfandegárias para garantir os investimentos de empresas estrangeiras no Brasil. Foi implementado o Plano de Metas que garantiu e incentivou o desenvolvimento industrial (GUITARRARA, 2022).

Furtado (2006), pontua que as políticas desenvolvidas por JK eram desenvolvimentistas e concentrou atenção na área de energia e transportes, o visionário presidente utilizou capital estrangeiro e permitiu que empresas multinacionais se estabelecessem no Brasil, a principal delas foi a Volkswagen. Nesse período, a indústria brasileira impulsionou a economia do país e ganhou vida própria.

De acordo com Santos e Silveira (2016), nos anos 1970, o Brasil buscou o desenvolvimento com incentivo do capital, durante a ditadura militar que cerceava os direitos e que era pautada pelos interesses econômicos internacionais. Os governos da ditadura foram responsáveis pela implementação do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, responsável pela aceleração da industrialização brasileira.

A redemocratização e a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, iniciou um processo de desenvolvimento diferenciado e com mais direitos sociais, o que motivou a classe trabalhadora e se preparar para o desenvolvimento econômico e industrial no país de maneira mais efetiva.

Cronologicamente, a história da indústria brasileira pode ser dividida em quatro fases, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1: Fases do desenvolvimento industrial no Brasil

FASE	ÉPOCA	DESCRIÇÃO
1	1500 a 1808	Predominância da economia primário exportadora.
2	1808 a 1929	Surgimento das primeiras manufaturas, indústrias de bem de consumo para atender demanda dos crescente classe de trabalhadores assalariados.
3	1930 a 1955	Substituição das importações e da maior diversificação do parque industrial brasileiro, com a criação de importantes indústrias de base e do maior investimento em infraestrutura, com condução do governo.
4	1956 em diante	Ingresso do capital estrangeiro no país, com a internacionalização da economia e a indústria brasileira ganhando força a partir do final do século XX. Aqui se destacam a atuação do governo com a implantação dos planos de desenvolvimento: Plano de Metas; I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

Fonte: Guitarrara, 2022.

Na década de 1990, com avanço da globalização econômica, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e a efetivação do bloco econômico do Mercosul, ao qual o Brasil é signatário, a indústria brasileira passa por processo de reestruturação.

Os grandes centros industriais, formados e estabelecidos em grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, acabaram sendo descentralizados e muitas indústrias foram alocadas para locais mais próximos das áreas produtoras de matéria prima, bem como para driblar a infraestrutura deficitária do país, especialmente, as rodovias e os transportes.

De acordo com Lucci (2016), na segunda metade do século XX, a internacionalização da indústria brasileira ganhou forças ampliando consideravelmente o parque industrial do Brasil, muitas fábricas passaram a produzir bens de consumo, desde os não duráveis até bens de capital. Mas somente na década de 1990, ou seja, após a redemocratização do país, houve a adoção de medidas neoliberais e a abertura da economia brasileira para o ingresso de capital internacional, tornando maior a presença de empresas estrangeiras.

A década de 1990 ficou marcada pela ocorrência de privatizações de empresas do Estado, e da fusão e aquisição de empresas menores ou o fechamento de fábricas nacionais causada pela concorrência de empresas multinacionais. As indústrias se concentravam nas regiões Sul e Sudeste, concentrando o desenvolvimento econômico nestas regiões, somente no início do século XXI intensificou-se a descentralização para outras regiões do país, sendo este o resultado de uma guerra fiscal entre os estados brasileiros (SANTOS; SILVEIRA, 2016).

A indústria brasileira tem como principais ramos produtivos a montagem de

veículos, a siderurgia e metalurgia e as indústrias de alimentos. O parque industrial brasileiro é bem diversificado e amplo, desenvolvendo a produção em aproximadamente 33 ramos produtivos diferentes. Segundo a CNI - Confederação Nacional da Indústria, as indústrias de transformação representam mais de 50% do PIB do país.

A indústria brasileira atual é caracterizada pela desconcentração e a desindustrialização da economia nacional. A desconcentração é a ação de deslocar os grandes centros industriais para outras regiões do país, implantando as indústrias mais próximas dos polos geradores de matéria prima, beneficiando estados e municípios, esse deslocamento é denominado desconcentração e ocorre motivada pela saturação das áreas densamente industrializadas, pela ampliação das redes de transporte pelo território brasileiro.

Desconcentrar as indústrias contribui para aproveitar a oferta de mão de obra qualificada em todo o país. Os estados oferecem benefícios fiscais para as indústrias em busca de obter a vantagem de absorver a mão de obra, gerar empregos e promover o crescimento em todas as áreas e não apenas na indústria. Para Lima e Simões (2010), ocorre uma disputa entre os Estados da federação na oferta de melhores condições fiscais que atraiam indústrias que ajudem no crescimento e geração de recursos administrativos em cada território.

Para Lucci (2016) desindustrializar corresponde a reduzir os efeitos da participação da indústria na economia, isso pode acontecer devido à burocracia, à infraestrutura e a políticas fiscais que impõem obstáculos ao desenvolvimento da produção industrial no país, estes processos desindustriais são denominados de Custo Brasil. Além disso, pode ocorrer também uma gestão de *commodities* agrícolas e minerais, impulsionando a exportação de matéria prima em detrimento às indústrias nacionais, um exemplo disso está exportação de minério de ferro e de soja.

2.2.1. O Desenvolvimento da Indústria Paranaense

O desenvolvimento industrial do Paraná até meados do século XX era voltado para o setor primário, pois era voltado para a extração da erva-mate, da madeira e, posteriormente, à monocultura do café (RAIHER *et al.*, 2017). A cultura do extrativismo e a monocultura determinaram os rumos da economia paranaense, durante a maior parte do século, indicando e direcionando a expansão e a ocupação do Estado,

especialmente no oeste do Paraná.

Para Ribeiro e Ribeiro (2009), a cultura do café direcionou e intensificou o crescimento da agricultura e deu início ao desenvolvimento industrial, indicando uma nova fase para a economia do Estado do Paraná. Houve o declínio da produção cafeeira e o crescimento da cultura da soja que levou ao surgimento das indústrias de óleo, em seguida com o surgimento dos carros a álcool, desenvolveu-se também a indústria para o beneficiamento da cana e outras indústrias que surgiram para aproveitar a vocação de agroindústria na produção de etanol.

Neste contexto, a produção industrial do Paraná voltou-se para o processamento de produtos primários com alta dependência do setor agrícola, somando-se à carência de infraestrutura que prejudicava a integração do território paranaense.

Na segunda metade do século XX, o Paraná experimentou o crescimento, implementando as suas vias de comunicação, a modernização das estradas pavimentadas para escoar a produção, a modernização do porto de Paranaguá, a construção de hidroelétricas para garantir a produção de energia e manter os recursos para a expansão industrial e econômica do Estado.

Raiher, *et al.* (2017) pontua que com a queda do dinamismo do café e o surgimento da cultura da soja, abria-se uma nova frente de desenvolvimento que levou ao surgimento da Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR.

O Paraná, por suas características de alta produtividade agrícola, recebeu influência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, que indicava a existência de deterioração nos termos de troca regional relacionada às regiões que se especializavam na produção de alimentos e matérias primas para as indústrias latino-americanas. Neste aspecto, o desenvolvimento real da indústria paranaense seria a solução para a economia local, pois dever-se-ia substituir as importações pela industrialização das matérias primas geradas no estado.

Assim, de acordo com Raiher (2021), foi criado o Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná com o objetivo de promover a integração vertical da indústria do Estado, para substituir as importações e gerar a produção de bens intermediários e de capitais. Além disso, o projeto visava desenvolver a infraestrutura e incentivar a integração do Estado, para isso investiu-se na modernização da malha rodoviária, nas comunicações e na produção de energia elétrica. Enfim, o projeto de desenvolvimento buscava fortalecer o capital local e, para isso, foi criado o Fundo de Desenvolvimento

Econômico.

Trintin (2006) descreveu a viabilização de recursos como uma possibilidade de criação e geração de melhorias na infraestrutura básica no Estado do Paraná. Para este autor os investimentos em comunicação, eletricidade e transportes, melhorando a malha rodoviária, contribuiu para revitalizar e criar empresas de investimentos em setores estratégicos da economia.

O governo do Paraná responsabilizou-se por promover a industrialização a partir de incentivos fiscais e financiamentos a novos empreendimentos no setor. Assim, desde a década de 1970 o Paraná vem modernizando o setor agropecuário e atraindo novas indústrias de aproveitamento do potencial agroindustrial, especialmente na produção de bens que têm como matéria prima o rico setor agrário do Estado.

Na década de 1980, o ritmo de crescimento industrial do Paraná sofreu os impactos econômicos nacionais e se tornou menor em relação aos anos anteriores, sofrendo os impactos do Plano Real e a crise econômica vivenciada em todo o país, mesmo assim, manteve acima da média nacional. Assim, quando o Brasil alcançou estabilidade econômica e abriu as fronteiras comerciais para investimentos estrangeiros, o Paraná se beneficiou, dando início a um novo ciclo econômico e industrial (RAIHER *et al.*, 2017).

Os incentivos fiscais e financiamentos à agroindústria foram incentivados pela localização geográfica do Paraná, privilegiada em relação ao Mercosul, pela infraestrutura adequada às necessidades e pelos mecanismos de expansão das indústrias. Houve modernização na produção agrícola, o que atraiu investimentos no setor agroindustrial do Estado.

Além disso, houve incentivo de reflorestamento e passou-se à produção de papel de maneira sustentável a partir do manejo das florestas visando a produção e celulose. Todo o esforço do estado foi reconhecido com a expansão das fronteiras internacionais e o desenvolvimento das agroindústrias como principal vocação regional (RIBEIRO; RIBEIRO, 2009).

De acordo com informações do IPARDES (2021), o Paraná recebeu importantes investimentos no setor automobilísticos e na indústria metalúrgica mecânica, passando por uma mudança de perfil na produção industrial, recebendo ampliação e crescimento tecnológico, essas transformações colocaram o Paraná como a quinta maior economia do país e responsável por quase 6% do PIB nacional

brasileiro.

Desde 2010, segundo Raiher (2017) com a criação do Programa Paraná Competitivo, o estado busca atrair novos investimentos e ampliar as atividades produtivas descentralizando o setor industrial regional, incentivos fiscais incrementados, melhoramento da infraestrutura, ampliação do comércio exterior, melhoria na capacitação profissional, para atrair novas indústrias e ampliar a atuação das existentes.

A dinâmica do desenvolvimento industrial do Paraná pode ser dividida em duas fases: 1) Inicialmente, com a evolução do setor primário, seja transferindo investimento para o setor industrial, seja modernizando a produção agropecuária voltada para a união entre indústria e exportação e; 2) A segunda fase compreende a responsabilidade do Estado em desenvolver incentivos fiscais e desenvolver políticas voltadas para incentivos à industrialização dos produtos gerados no estado (RAIHER, 2021).

2.2.1.1 O crescimento da indústria na Região Oeste do Paraná

A Região Oeste do Estado do Paraná iniciou seu desenvolvimento e exploração econômica a partir da década de 1950, isto se deve à dificuldade de acesso, pois não havia estradas que ligassem a região à capital do estado, assim o acesso era via fluvial pelo rio Paraná, que tinha como barreira natural “Sete Quedas”, as cachoeiras naturais localizadas na região de Guaíra na fronteira com o Paraguai.

As Sete Quedas impediam a navegação, o que fez com fosse criado um porto na cidade de Guaíra, acima das quedas e outro em Porto Mendes abaixo das quedas, para permitir o acesso à região em terras brasileiras. Os navegantes que viajavam pelo Rio Paraná desciam dos barcos em Guaíra, viajavam de trem até Porto Mendes e embarcavam em barcos fluviais para ter acesso à região de Foz do Iguaçu.

Colodel (1988) afirma que até a década de 50 o extremo oeste paranaense estava totalmente despovoado, desde o início do século XX, já vinham tentando um processo de colonização, mas o resultado foi decepcionante. Enquanto o norte do estado se integrava à economia nacional produzindo café, a região oeste se encontrava isolado e sua economia restringia-se ao necessário para o auto sustento.

As migrações internas de desbravadores vindos da região sul do Brasil na década de 1950 contribuíram para a construção de estradas de acesso à região oeste

do Estado Paraná, e a construção da Rodovia BR-277 ligando a cidade de Foz do Iguaçu a Paranaguá concretizou a ligação terrestre do Estado do Paraná. De acordo com Rippel (2015) a região está entrecortada por rodovias pavimentadas que facilitam o trânsito de mercadorias e da produção agroindustrial da região oeste para o mundo.

Segundo Steca (2002), a venda das terras do Paraná por preços baixos trouxe grandes levas de imigrantes para a região. A colonização foi incentivada com a divisão das terras em lotes de 30 hectares e até propriedades menores que os agricultores pagavam com trabalho e produção.

Foram separados também lotes urbanos para dinamizar a atividade comercial, a principal condição para conseguir a escritura era a construção de casas num curto espaço de tempo. A chance de ser proprietário originava a força-de-trabalho necessária, tornando produtiva toda uma região até então despovoada.

De acordo com Almeida (2020), o povoamento das regiões do interior do Paraná, iniciaram ao norte com a chegada dos cafeicultores vindos de São Paulo e Minas Gerais, que se instalaram ao norte do Estado.

A região oeste foi povoada com a chegada das companhias colonizadoras de terras gaúchas, que se dedicaram, primeiramente, a explorar a madeira e depois à comercialização das terras, este movimento perdurou até década de 1970, porém com a substituição da monocultura de café por outras culturas, especialmente a soja, e o crescimento da pecuária e a cultura de suínos e avícolas, a região oeste tornou-se um polo de geração de riquezas para o Estado do Paraná.

A empresa imobiliária Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A (Maripá) é considerada a mais importante na história do oeste paranaense, os acionistas da imobiliária Maripá eram do Rio Grande do Sul e formado por imigrantes italianos e alemães. Este grupo deu origem ao município de Toledo e, posteriormente, Marechal Cândido Rondon, que se tornou um reduto dos imigrantes alemães com predominância de religião protestante (STECA, 2002).

As ações dessas empresas foram estabelecidas num acordo com o Estado, para que elas se dedicassem às atividades relacionadas à exploração de madeira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. A Colonizadora Maripá destacou-se empreendendo construções de casas, hotéis e estradas, além da comercialização de terras.

Assim, esta foi a última a ser ocupada no Paraná, o que ficou marcado por seu desenvolvimento forte e conectado com a migração nacional. Mesmo sendo uma

colonização recente e conjugar uma situação na qual o seu desenvolvimento foi conectado à migração nacional, demonstrou um crescimento elevado tanto na população quanto no desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2020).

Atualmente a região oeste conta com um total de, aproximadamente, 1.300.000 pessoas e 58 municípios. O crescimento demográfico ocorreu em função de grandes fluxos migratórios advindos de vários Estados brasileiros, especialmente de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (RIPPEL, 2015).

Segundo Almeida (2020) a colonização do Estado influenciou o setor produtivo paranaense que sempre possuiu um forte vínculo com a produção agroindustrial. Este é um segmento com baixa concentração espacial, sendo que cerca de 90% dos municípios do Estado têm o seu crescimento econômico ligado às atividades agroindustriais.

Até a década de 70, a influência da agropecuária era restrita à região de Maringá e Londrina que dividia com a Região Metropolitana de Curitiba a maior geração de renda do Estado. Com o tempo, este vem sendo alterado e a implantação de novos setores e a modernização de ramos tradicionais, contribuem para a instalação de empresas de grande porte, que operam com tecnologia avançada, com vistas ao mercado nacional e internacional, principalmente, no ramo do agronegócio.

Assim, cooperativas, frigoríficos, fábricas de celulose e papel, indústria de transformação na área metalúrgica, insumos para a construção civil, processamento de alimentos e muitas outras atividades de transformação compõem o rol de atividades industriais desenvolvidas na região oeste do Estado do Paraná.

Atualmente, a industrialização da região oeste do estado do Paraná é formada por grandes cooperativas que industrializam carne suína, aves, produtos de laticínio e frigorífico para exportação. Há empresas de beneficiamento de grãos, panificação e outros produtos voltados para a exportação, por isso essas empresas são consideradas representantes do agronegócio.

O município de Foz do Iguaçu não conta com indústrias de cooperativa e não tem grandes indústrias instaladas no município, isto se deve também ao fato de que não se tem conhecimento de políticas públicas de incentivo à instalação de indústrias no município.

3. METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado a descrever os processos metodológicos deste estudo, em especial, para descrever os métodos de coleta e tratamento de dados e, apresentar os meios utilizados na construção da pesquisa sobre as áreas industriais de Foz do Iguaçu.

Creswell e Clark (2013), pontuam que as pesquisas envolvem um rol de conhecimentos, cujo uso cuidadoso de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos conduzem ao desenvolvimento de um processo organizado em sequência, permitindo analisar desde a identificação do problema a ser solucionado até a apresentação dos resultados.

Para Marconi e Lakatos (2017), os métodos científicos representam o ordenamento de atividades pensadas para promover economia e segurança em busca de alcançar o objetivo, pois é necessário identificar os conhecimentos científicos válidos que contribuem para o planejamento das metas a serem alcançadas, identificando os caminhos e meios, identificando os erros e auxiliando nas decisões do pesquisador.

Existem muitas técnicas de pesquisa, porém o pesquisador precisa encontrar a mais adequada ao seu objetivo e, assim, escolher o instrumento que possa conduzir a busca de conhecimento¹. Neste aspecto, esta pesquisa busca nos métodos qualitativos, a melhor maneira de investigar e compreender se as políticas públicas adotadas para as áreas industriais do município de Foz do Iguaçu contribuem para o desenvolvimento regional.

De acordo com Vasconcelos (2009), a abordagem qualitativa obtém dados descritivos mediante contato direto e interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, neste tipo de pesquisas, é frequente que o pesquisador compreenda os fenômenos em acordo com a perspectiva dos investigados, para interpretar os diferentes aspectos do estudo.

Este tipo de abordagem apresenta variáveis que diferencia o método, a forma e os objetivos. Geralmente, trabalhos qualitativos apresentam características essenciais que identificam o ambiente natural como fonte de dados em relação ao

¹ De acordo com Demo (2011), o pesquisador deverá observar, aprender, selecionar e realizar coletas de dados que o auxiliem na escolha de métodos e técnicas de exploração das investigações.

pesquisador; possuem caráter descritivo; demonstram significado dado às coisas e a preocupação do investigador e, por fim, o enfoque indutivo (BAUER; GASKELL, 2002).

Demo (2011) pontua que o objetivo da pesquisa qualitativa é traduzir e expressar os fenômenos do mundo social e seus sentidos; isso reduz a distância entre o indicador e indicado, entre a teoria e os dados, entre o contexto e ação realizada. Para desenvolver um estudo qualitativo deve-se estabelecer um recorte temporal-espacial do fenômeno pesquisado, definir o campo de pesquisa e a dimensão em que será desenvolvido o estudo, demonstrando o território a ser mapeado para a pesquisa. A descritividade é representada pelo instrumento de coleta dos dados.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a abordagem qualitativa pode ser realizada adotando características da pesquisa exploratória. Neste estudo de pesquisa a respeito da área industrial e suas influências no desenvolvimento de Foz do Iguaçu, a pesquisa qualitativa visa:

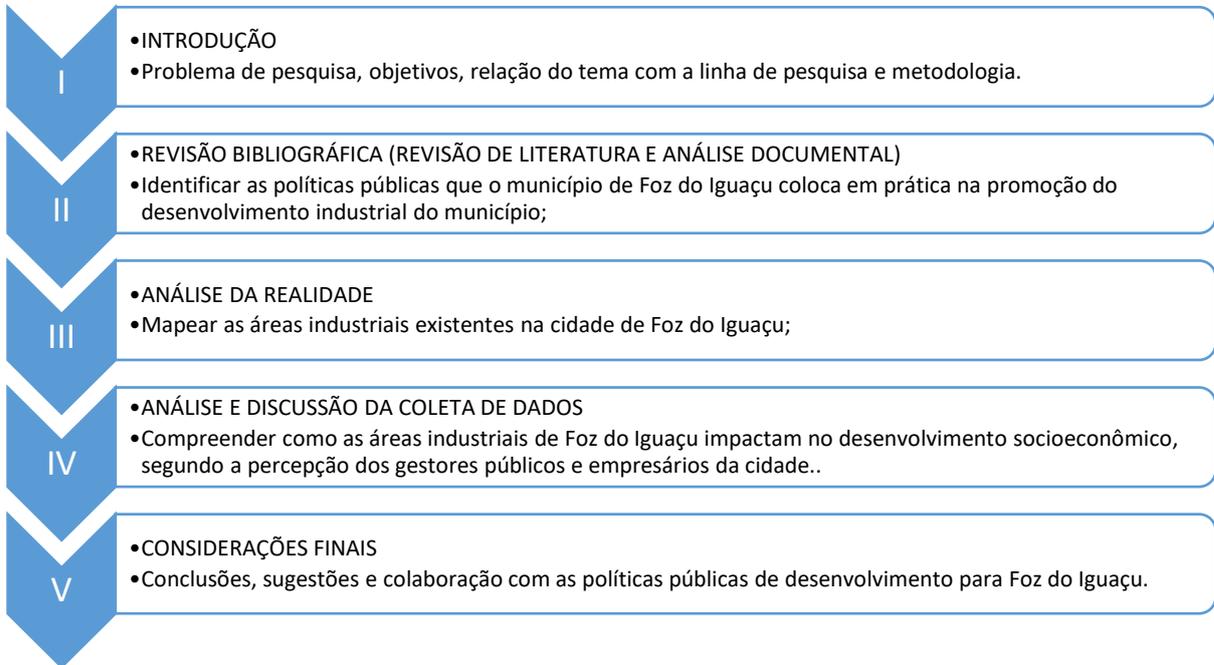
2. Realizar uma revisão de literatura sobre os aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento regional e do município de Foz do Iguaçu;
3. Recolher e analisar os dados de entrevistas qualitativas com gestores da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e empresários de Foz do Iguaçu.

Na identificação da política pública industrial de Foz do Iguaçu e na revisão de literatura ou revisão bibliográfica, além de livros e artigos, foram utilizados documentos publicados (Leis, decretos, portarias e outros). Nesse sentido, essa pesquisa qualitativa, focada em entrevistas, também utiliza a metodologia de análise documental, que compreende o conhecimento obtido em documentos que não foram elaborados para fins de pesquisa, este tipo de coleta de dados é considerado valioso enquanto fonte de materiais qualitativos, podendo colaborar na elaboração da pesquisa aprofundando ou ilustrando a compreensão do tema (GIL, 2017).

Os documentos correspondem a fontes de informações cujo conteúdo traduz o discurso oficial expresso pela organização, o registro de sua história, da sua razão de existir (missão, princípios, valores), projetos, regulamentos, manuais de procedimentos, processos de sua prática de gestão e controle e avaliação dos resultados. A pesquisa documental tem como característica que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI e LAKATOS, 2009, p. 176).

O desenvolvimento da pesquisa seguiu o detalhamento descrito na figura 1.

Figura 1: Síntese da organização da pesquisa



Fonte: elaboração própria.

Para classificar e interpretar este segmento do desenvolvimento econômico do município (as industriais), foram realizadas coletas de dados por meio de entrevistas com gestores da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu e seus resultados confrontados com o referencial teórico utilizado.

As entrevistas foram realizadas com auxílio de um roteiro norteado na revisão de literatura sobre industrialização e desenvolvimento regional/local (capítulo 2), como segue:

1. O planejamento de desenvolvimento das áreas industriais é realizado a partir do diálogo com os industriais da região? Como os seus projetos são discutidos e como contribuem para estabelecer os planos para indústria local?

2. Tendo em vista que o desenvolvimento das áreas industriais envolve a política industrial de inovação e de comércio exterior; infraestrutura; tributação; relações do trabalho; educação; meio ambiente; segurança jurídica; macroeconomia, como o município atua para indicar caminhos e mudar os rumos do desenvolvimento industrial em Foz do Iguaçu?

3. Considerando o crescimento da economia industrial em Foz do Iguaçu, a criação de oportunidades de trabalho e a elevação de renda da população, como a

Secretaria de Indústria e Comércio enfrenta a tarefa de criar políticas públicas de desenvolvimento industrial? Quais as políticas adotadas?

4. Aderindo à política de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento industrial, o município conta com medidas para corrigir distorções tributárias, simplificar o sistema de arrecadação de impostos, e estimular os investimentos e criação de empregos, que envolvam as empresas instaladas nas áreas industriais de Foz do Iguaçu?

5. A necessidade de melhoria do ambiente econômico requer que ocorra modernização e correção das deficiências da infraestrutura. Quais medidas regulatórias o município adota para assegurar a efetiva competição no mercado de gás natural, de combustíveis e de energia elétrica e promover o desenvolvimento industrial? A construção da Perimetral Leste beneficia diretamente as áreas industriais do município?

6. O município conta com mecanismos que propiciem o enfrentamento à insegurança jurídica, a criação de condições favoráveis no acesso ao crédito e no estímulo ao desenvolvimento regional que possa aumentar a eficiência da administração municipal no setor industrial?

7. O município apresenta condições favoráveis para o enfrentamento a crises econômicas e retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social?

8. As políticas voltadas ao desenvolvimento industrial no município favorecem mudanças necessárias na remoção de entraves que prejudicam as empresas e comprometem a competitividade nas áreas industriais de Foz do Iguaçu?

9. A Secretaria de Indústria e Comércio, o poder público municipal e outros segmentos relacionados ao desenvolvimento industrial possuem agenda de reformas e promovem a adoção de medidas adequadas para a construção de um município mais próspero e mais justo, na oferta oportunidades para todos?

10. Nos últimos anos o mundo vem enfrentando problemas que afetam o desenvolvimento econômico, como a pandemia de Covid-19 e a Guerra da Rússia e Ucrânia. Que consequências essa crise traz para o desenvolvimento das áreas industriais de Foz do Iguaçu? Foi definido um plano consistente para superar as diversidades atuais e a solução de problemas que comprometam o desempenho do desenvolvimento pleno da indústria no município de Foz do Iguaçu?

As entrevistas foram realizadas direcionando as mesmas perguntas feitas com os gestores a oito empresários. Foram escolhidos empresários de diferentes áreas

industriais e também diferentes ramos de negócios industriais, sendo alguns empresários mais antigos no local e alguns mais recentes, como também empresários que estão iniciando as atividades no mês corrente que atuam nas áreas industriais do município de Foz do Iguaçu e que aceitaram participar da pesquisa. Também foram entrevistados oito gestores públicos, e foram escolhidos por fazer parte de diferentes funções públicas, como o secretário do Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu, dentre outros gestores que fizeram parte das gestões antigas e gestores atuais e para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde – CNS (Resolução CNS 510/2016), foram usados pseudônimos para os empresários e gestores. Os empresários foram identificados pela letra “E” seguido dos números de 1 a 8 (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8), e os gestores foram identificados pela letra “G”, também, seguido dos números de 1 a 8 (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7 e G8).

O resultado e tratamento das entrevistas foram organizados em tópicos que se dividiram entre o perfil dos profissionais entrevistados, os conceitos de desenvolvimento regional e o processo de desenvolvimento municipal.

Para análise das entrevistas foi usado o método de análise do discurso que consiste em estabelecer uma relação entre a linguagem e a ideologia, levando em conta a materialidade da linguagem, sua transparência e se carrega consigo elementos simbólicos de ordem ideológica e política.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017) o método adequado para apresentar as características perceptivas de um grupo é a análise de discurso, que se caracteriza como uma metodologia de pesquisa, que tem como objetivo interpretar textos, classificando-se como uma abordagem qualitativa de análise, pois busca analisar a forma que as pessoas se expressam, tomando como objeto de estudo, o próprio discurso.

Creswell; Clark (2013) pontuam que, na utilização de métodos mistos, a análise do discurso realiza o tratamento da relação que existe entre a linguagem e a ideologia. Assim, este tipo de análise considera a materialidade da linguagem, a maneira e a transparência de expressão que o discurso carrega, tanto na ordem ideológica, quanto política e simbólica. Este tipo de análise parte do exame minuciosos do contexto e da história da produção oral, pois apresenta importantes variáveis e influências. Neste

contexto, a análise do discurso é uma teoria fundamentada na relação entre a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico, que possibilita a explicação de manifestações da língua em articulação com os processos ideológicos.

A análise do discurso, neste estudo, foi realizada a partir das declarações obtidas junto a oito empresários e oito gestores ligados ao município de Foz do Iguaçu e analisou as declarações categorizando-as de forma a responder cada objetivo da proposta de investigação.

4. ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL DE FOZ DO IGUAÇU

Esse capítulo faz uma contextualização sobre os aspectos históricos da cidade de Foz do Iguaçu, assim como traz a legislação e localização das áreas industriais existentes na cidade.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

O desenvolvimento econômico do município aconteceu em ciclos. Assim, pode-se descrever 04 Ciclos Econômicos importantes: 1) Ciclo da extração da madeira e cultivo de erva-mate, 2) Ciclo de Itaipu, 3) Ciclo de exportação e turismo de compras e 4) Ciclo da globalização da economia (STECCA, 2002).

O ciclo da extração da madeira e cultivo de erva-mate foi desenvolvido entre 1870-1970. Neste ciclo a economia do município se concentrava no setor primário e baseava-se unicamente na economia extrativista, tendo como principais produtos explorados, a madeira e a erva mate nativas. Nesse período o município de Foz do Iguaçu abrangia toda região oeste do Paraná, seu limite era o município de Guarapuava. Nessa época a população que habitava a região, na grande maioria era indígena, viviam aqui também alguns argentinos, paraguaios e poucos colonizadores. Com a instalação da Colônia Militar em 1888, passaram a vir para a região um número mais elevado de brasileiros, iniciando o desenvolvimento comercial e a instalação de pequenas propriedades rurais do município. O crescimento populacional e o comércio local começaram a ganhar corpo, em 1965, com a construção da Ponte da Amizade iniciando nesta época o comércio exportador e importador de Foz do Iguaçu (TEZZA, 2008).

Entre os anos de 1975 e 1985, com o projeto de implantação da Itaipu Binacional, inicia-se o ciclo de maior desenvolvimento da região Oeste do Paraná. A construção da hidrelétrica de Itaipu atraiu milhares de trabalhadores. De acordo com Webber (2003), este ciclo ampliou o setor econômico e provocou um crescimento demográfico de 385% fazendo com que a população local de 34 mil habitantes passasse para 136 mil habitantes em um curto espaço de tempo. Sendo que destes:

50 mil faziam parte do quadro de funcionários da Itaipu no auge de sua construção. Após o término da Construção da Usina, grande parte desse contingente estabeleceu-se nos bairros da cidade, dedicando-se à prestação de serviços. Este ciclo causou grande impacto em todo o oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguaçu, ocasionando a atração de correntes migratórias, compostas de trabalhadores e familiares, vindos principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além dos provenientes do Estado do Paraná (TEZZA, 2008, p.1).

A construção de Itaipu exigiu que fossem feitos grandes investimentos do setor público em infraestrutura urbana, com a construção de avenidas e do aeroporto (TEZZA, 2008).

O Ciclo de Exportação e Turismo de Compras deixou marcas significativas no município e se acentuou com a abertura da Zona de Livre Comércio em Ciudad Del Este que trouxe grandes investimentos externos asiáticos e árabes.

Esse comércio é marcado por dois momentos na geração de empregos informais e uma de distorção das atividades do Turismo. O primeiro com o transporte através de pedestre de produtos importados adquiridos em Ciudad del Este, para transpor a barreira física - a Ponte da Amizade, e a barreira alfandegária, em função da cota de compras. O segundo pela atração de empregos nas lojas instaladas em Ciudad del Este ponto de venda dos produtos importados. A região da Ponte da Amizade assume os efeitos desse verdadeiro fenômeno de sobrevivência, dada a crise da economia nacional, assumindo o papel de maior concentrador de empregos informais, chegando a empregar cerca de 30 mil brasileiros no atendimento das lojas (COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL, 2013).

O desenvolvimento do turismo de compras, ocorreu num momento importante e absorveu grande parte da mão de obra dispensada pelo término das etapas de construção da Itaipu, transformando, em pouco tempo a cidade paraguaia no 3º centro comercial mundial, movimentando cerca de 14 bilhões de dólares, fator esse que teve reflexo direto no desenvolvimento de Foz do Iguaçu, já que a cidade foi considerada o corredor de compra, ativando o setor turístico, uma vez que a cidade passou a fornecer alojamento para grande parte do público comprista nos hotéis da cidade (TEZZA, 2008).

O ciclo da globalização da economia tornou-se importante porque possibilitou a abertura econômica entre os países vizinhos, criando condições importantes para o desenvolvimento de outras economias como, por exemplo, a comercialização de máquinas, peças e insumos agrícolas para o Paraguai. Embora a globalização tenha contribuído para diversificar a economia do município a base continua sendo o setor terciário, no qual se destaca turismo que movimenta em média 750 mil visitantes, esse setor alavanca o comércio e a prestação de serviços. Também merece destaque o

setor secundário no qual se destaca a indústria de energia elétrica adiciona valores consideráveis na economia local (SOUZA, 2009).

Estudos realizados por Paro (2013) pontuam que a retomada do crescimento do município de Foz do Iguaçu aconteceu a partir de 2010, com a ativação do setor imobiliário que movimentou cerca de 80 milhões de reais e responde por algo entre 25% e 30% da movimentação de dinheiro na cidade e se fortaleceu com o início das atividades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que tem potencial de atrair mais de 10 mil estudantes universitários para a região. Mas, foi, também, reforçado pela modernização dos transportes, ampliação de linhas aéreas e desenvolvimento das comunicações, o que facilita a ligação com grandes centros do Brasil e do mundo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Os incentivos fiscais resultam de Políticas Públicas que a Administração direta institui para atrair novos investimentos das empresas para gerar emprego e crescimento econômico. Para entender as políticas estabelecidas pelo governo municipal de Foz do Iguaçu nos preceitos encontrados na Legislação Municipal, analisa-se a retomada dos estímulos ao desenvolvimento industrial e à geração de emprego.

Em Foz do Iguaçu, a hipótese para geração de emprego, ocorre por meio de incentivos para micro e pequenas empresas, utilizando como base a Lei nº 3702, de 2 de junho de 2010, como possibilidade de implementação de Políticas Públicas através de um estudo da legislação para apresentar incentivos fiscais para as empresas já existentes e atrativos para novas empresas a se instalarem no Município.

Os reflexos negativos causados pela pandemia exigem ações estratégicas, maior apoio da administração pública em todas as suas instâncias, voltadas para geração de emprego e renda. A crise ocasionada pelo Covid-19 causou forte impacto sobre as Micro e Pequenas empresas que contribuem de forma significativa para a geração da riqueza e renda na econômica local, isso exige maior atenção do poder público.

A lei nº 3702, de 2 de junho de 2010 cria o programa de desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu. No capítulo I estabelece como objetivos do programa

de desenvolvimento econômico do município, fomentar o desenvolvimento econômico do município, por meio de incentivos à criação e instalação de novos empreendimentos e expansão dos já existentes, nas atividades industriais, agroindústrias, de comércio atacadista, de prestação de serviços, tecnologia e inovação e de suporte e promoção do turismo, priorizando a geração de empregos e renda, e em consonância com o plano diretor do município.

A legislação municipal determina que o programa concederá incentivos tanto para a instalação de novos empreendimentos quanto para a expansão dos já existentes, localizados exclusivamente nos distritos empresariais e industriais, estabelecendo serão mantidos os incentivos previstos na lei, tanto para as indústrias já estabelecidas, quanto para sua expansão, bem como às que vierem se instalar em outras localidades do município.

A citada lei orienta os benefícios, a concessão de financiamentos aos setores produtivos e cria polos dinâmicos e centro de atividades de estímulo à redução das disparidades regionais.

A lei nº 4537, de 12 de setembro de 2017 cria os polos industriais, regulamentando os projetos de desenvolvimento econômico do município. Essa regulamentação surgiu da necessidade e enfrentamento das crises geradas pela explosão demográfica da região do extremo oeste com a população atraída para o trabalho na construção de Itaipu no final do século XX.

A questão demográfica trouxe consigo a necessidade de elevação na demanda por serviços públicos e privados como também a satisfação das necessidades dos trabalhadores e suas famílias, atraídas pela oferta de emprego.

A construção da hidrelétrica de Itaipu empregou um contingente de mão-de-obra que, no ápice de sua construção, atingiu cerca de 40.000 trabalhadores. Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE, contava em 1970 com 33.966 habitantes e passou a ter, 136.321 em 1980. Se comparada à população de 1960 (28.212 habitantes), registrou-se um crescimento de 383% no total da população do Município em apenas 20 anos (MARTINS, 2010, P, 10).

Com o aumento da população agravaram os problemas e a situação econômica do município, pois a cidade sofreu um grande impacto econômico, social, desemprego aumento do trabalho informal e conseqüentemente aumento das favelas, além de dificuldades dos setores sociais, como a educação, saúde e segurança pública.

Dessa forma, a abertura de postos de trabalhos não acompanhou o crescimento da população economicamente ativa, não consegue empregos, causando um aumento migratório aumentando ainda mais os problemas. “A

diminuição do turismo de compras possibilita a dispensa de trabalhadores (...) contribuindo para o agravamento no tocante ao principal problema urbano da cidade, o desemprego” (MARTINS, 2010, p.12).

Entretanto, a cidade de Foz do Iguaçu goza das vantagens de sua localização estratégica no Mercosul, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado, até então pouco ou informalmente explorado. A expansão de cursos superiores na cidade, além do fator de atração de jovens e profissionais especializados, possibilita, também, a constituição de um polo tecnológico, referencial para os novos momentos que estamos vivendo (CASTILHA, 2017).

De acordo com o jornal digital Gdia (11.jul.2019), as áreas que formam o Distrito Industrial e Empresarial de Foz do Iguaçu abrigam 103 empresas com 700 empregos diretos. São empresas de diferentes setores de produção, que associam à Associação dos Empresários do Distrito Industrial (ASSEDIFI), os dados são do Departamento de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos.

De acordo com o diagnóstico do Departamento, no final de 2018, o Distrito Industrial tinha 99 empresas em operação, com uma quantidade informada de 694 empregos. No início deste ano, duas encerraram as atividades e cinco empresas assumiram, ou estão em processo de assumir áreas ociosas com a anuência do município, informou o diretor de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços, Edinaldo Aguiar (GDIA, 11.jul. 2019, p. 1).

A partir de 2019, foram realizados novos processos licitatórios, que foram levantados posteriormente para redigir a tese, e percebeu-se a baixa quantidade de empregos diretos por ser uma cidade com, aproximadamente, 258.248 habitantes (2020), sendo um setor que pode gerar muito mais emprego e as áreas industriais podem ser melhores exploradas.

Porém, com a chegada da pandemia do Covid-19, muitas empresas fecharam diminuindo ainda mais e causando um impacto negativo no setor e inúmeros desempregos.

De acordo com Gabriela W. (2020), em reportagem publicada no *site* do CEPECON – Centro de Pesquisas Econômicas Aplicadas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), o Paraná registrou um índice de desemprego histórico, assim como em Foz do Iguaçu, sendo necessário algumas medidas para retomada do setor Industrial. De acordo com o CEPECON/UNILA, “entre os meses de

março e abril foram perdidos 4.174 empregos formais em Foz do Iguaçu.

No acumulado do ano, a cidade teve uma queda de 6,26% no estoque de empregos formais” (CEPECON/UNILA, 2020). Os dados foram publicados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que divulgou nota no primeiro quadrimestre de 2020, o levantamento oficial que mostra o impacto da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho em Foz do Iguaçu. De acordo com o “os dados publicados em maio são referentes ao primeiro quadrimestre do ano: janeiro a abril. Foz do Iguaçu apresentou um saldo negativo de empregos de 1.285 em março e 2.889 em abril” (CEPECON/UNILA, 2020).

Com relação aos incentivos fiscais o município de Foz do Iguaçu, possui a Lei 3702/2010 aprovada pela câmara municipal e sancionada pelo prefeito através do artigo 10 os recursos para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, são recursos orçamentários específicos previstos na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei Orçamentária aplica-se também para captar outros recursos de transferências voluntárias, como convênios, doações, receitas provenientes da alienação dos terrenos industriais e outras fontes com destinação específica. Como medida de fiscalização na aplicação destes recursos são desenvolvidos projetos e criados programas de desenvolvimento.

De acordo com o artigo 1º a lei cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu - PRODEFI, que estabelece o seguinte:

O objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico do Município, por meio de incentivos à criação e instalação de novos empreendimentos e expansão dos já existentes, nas atividades industriais, agroindústrias, de comércio atacadista, de prestação de serviços, tecnologia e inovação e de suporte e promoção do turismo, priorizando a geração de empregos e renda, e em consonância com o Plano Diretor do Município (Lei 3702/2010-Regulamentado pelo Decreto nº 28.656/2020).

De acordo com o recorte o objetivo do programa é conceder incentivos tanto para a instalação de novos empreendimentos quanto para a expansão dos já existentes, localizados exclusivamente nos distritos empresariais e industriais e mantem incentivos tanto para indústrias existentes, quanto para sua expansão, bem como às que vierem se instalar em outras localidades do Município.

Para isso, deverão ser respeitados as disposições do Plano Diretor do Município e as diretrizes na formulação do Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (PRODEFI).

Apesar do município oferecer alguns incentivos fiscais para as micro e pequenos empreendimentos municipais e apoio à criação de novos centros, atividades de polos dinâmicos do Município, que estimulem a redução das disparidades regionais de renda, porém é possível realizar alguns ajustes nas políticas públicas, para formulação de agenda e implementação.

Para que os incentivos ocorram será necessário a autorização do Poder Executivo às empresas que se enquadrarem no PRODEFI (FOZ DO IGUAÇU, 2012).

Um caminho para atrair novas empresas é a redução tributária dentro das condições que o município pode oferecer respeitando a lei de responsabilidade fiscal. A câmara municipal de Foz do Iguaçu chegou a montar uma Comissão para avaliar a situação do Distrito Industrial e cobra posicionamento do Executivo.

O desenvolvimento do Distrito Industrial de Foz do Iguaçu é uma situação cíclica, que volta ao debate, seja pela falta de resolução de alguns problemas, como infraestrutura, seja pela necessidade de incentivo para instalação de novas indústrias. Em vista disso, a Câmara Municipal tem feito um esforço em conversar com empresariado da região, com a Procuradoria do Município e Associação dos Empresários do Distrito Industrial (ASSEDIFI) (FOZ DO IGUAÇU, 2020, p. 1).

Conforme o recorte é preciso novas políticas públicas de incentivo para atrair empresas na área industrial e resolver outros problemas que envolvem a questão da malha viária, pavimentação, saneamento. Atualmente o Secretário de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Agropecuário de Foz do Iguaçu, é Vilmar Andreola que assumiu em abril de 2022.

Em entrevista ao programa Contraponto da Rádio cultura de Foz do Iguaçu, o empresário destacou que os distritos industriais geram aproximadamente 600 empregos e as empresas continuam fechando, sendo que 40% das empresas não cumpriram com as obrigações.

Vilmar Andreola destaca que “a área industrial e comercial de Foz do Iguaçu tem muito potencial a ser explorado, mas que tem muitos problemas, e algumas empresas estão no local de forma ilegal” (RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2022).

Entretanto o município encontra-se em desenvolvimento, o que segundo a Secretaria de Planejamento do Município, desde o ano de 2005 vem sendo projetado para o desenvolvimento de uma grande área industrial na região da Perimetral Leste à nordeste do município (conforme mapa do anexo I).

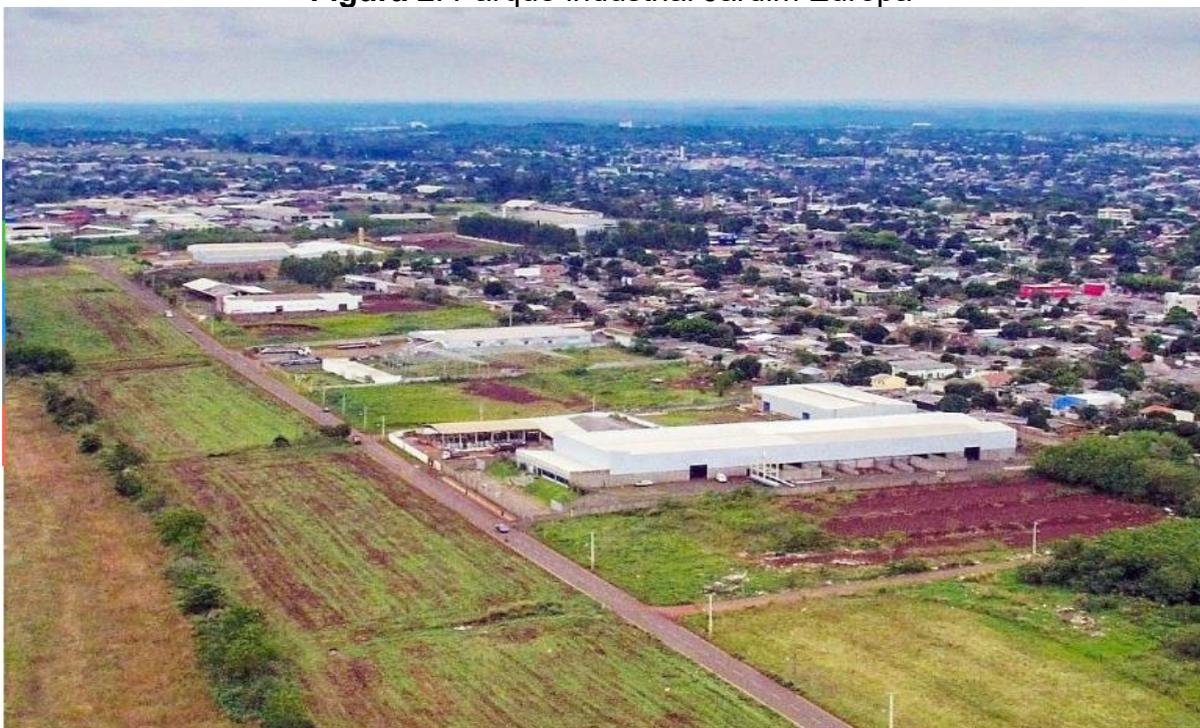
Entretanto, não basta criar as áreas industriais, é necessário legislar em favor do desenvolvimento criando regras e definindo benefícios que motivem os industriais a se instalarem nas áreas industriais.

As áreas industriais que se encontram em expansão da cidade são: Parque Industrial Jardim Europa, Parque Industrial da Região do Morumbi, Parque Industrial Pilar Campestre (criado em 1994), Área Industrial Portal da Foz. A construção da Perimetral Leste foi projetada para integrar as áreas industriais e promover o crescimento do município.

O Parque Industrial do Jardim Europa anexa-se ao Parque Industrial da Região do Morumbi e por serem regiões próximas, ambos serão amplamente beneficiados pela construção da Perimetral Leste, pois poderão ter acesso facilitado ao transporte e acesso de caminhões.

Essa área industrial foi criada no ano de 2005, mas a acessibilidade à região inviabilizou para que o projeto fosse agilizado. A figura 2 mostra uma imagem aérea do Parque Industrial do Jardim Europa.

Figura 2: Parque industrial Jardim Europa



Empresas do Distrito Industrial mantêm aproximadamente 700 empregos diretos em Foz do Iguaçu
Fonte: GDIA, (11.jul. 2019)

Esse Parque industrial encontra-se localizado à esquerda da BR 277, que é o corredor de transporte terrestre de Foz do Iguaçu, pois todas as outras vias afluem à

esta BR, o que conduz à necessidade de melhorias de acesso tanto para receber subsídios, quanto para escoar a produção das indústrias que ali estão localizadas. A figura 3 traz uma imagem aérea do Parque Industrial na região do Morumbi.

Figura 3: Parque industrial da região do Morumbi.



Distrito industrial de Foz do Iguaçu. Foto: Sanepar/Divulgação

Fonte: SANEPAR NOTÍCIAS, 11.jul. 2022.

A área industrial Parque Pilar Campestre foi criada em 1994 e teve o objetivo de expandir o crescimento do município para a região norte da cidade, por uma questão geográfica. Os limites do município de Foz são comprometidos à oeste pela fronteira com o Paraguai e o Rio Paraná, ao sul o limite é com a Argentina e a leste com o Parque Nacional do Iguaçu, uma reserva natural de grande importância ambiental, assim a expansão econômica das áreas industriais encontram espaço para o crescimento em direção ao norte do município.

O Parque Pilar Campestre situa-se entre as áreas dos conjuntos A e C de Itaipu e a grande região das Três Lagoas que se estende até às margens do Lago de Itaipu. A figura 4 apresenta uma imagem aérea do Parque Pilar Campestre.

Figura 4: Área industrial Parque Pilar Campestre



Fonte: CLICK FOZ, 19.10. 2018.

A área industrial do Portal da Foz aparece como uma região natural pela proximidade com a BR 277, sendo a mais acessível das regiões industriais, no entanto é também a mais vulnerável em relação aos problemas sociais, sendo invadida por ocupações ilegais em alguns pontos, demonstrando que existem aspectos sociais a serem saneados por políticas públicas no município em relação ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, o que a expansão industrial pode beneficiar com a geração de empregos.

A região onde está localizada essa área industrial possui várias invasões, que refletem a dificuldade dos invasores em adquirir emprego e obter meios dignos de sobrevivência, estas invasões representam déficit no saneamento básico, educação, assistência de saúde, lazer e outros elementos essenciais para a qualidade de vida da população iguaçuense e para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município.

A figura 5 mostra uma invasão de moradores na região do Parque Industrial do Portal da Foz.

Figura 5: Área de invasão ao lado do parque industrial Portal da Foz



Mais de 40 barracos já haviam sido levantados na nova invasão, até o início da tarde desta segunda-feira (25)

Fonte: GDIA, 11.jul. 2019.

Os investimentos realizados atualmente pela Itaipu ainda fazem parte do desenvolvimento de responsabilidade socioambiental da Multinacional como forma de implementar o desenvolvimento regional ressarcindo as perdas sociais e ambientais que a construção da maior Usina Hidrelétrica trouxe para a região Oeste do Paraná.

Assim, a construção da terceira ponte na região da tríplice fronteira e a construção da perimetral leste, que retira o trânsito de caminhões do centro da cidade de Foz do Iguaçu, tem potencial de impulsionar o crescimento das áreas industriais da região (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, 2023).

5. ANÁLISE SITUACIONAL DA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E GESTORES PÚBLICOS SOBRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Esse capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa após a coleta de dados realizada com empresários do setor industrial e gestores públicos ligados ao setor industrial.

Para entender como as políticas públicas de desenvolvimento das áreas industriais da cidade de Foz do Iguaçu podem beneficiar o desenvolvimento socioeconômico e garantir melhoria da qualidade de vida para a população que reside na cidade, foram realizados questionários com perguntas estruturadas em busca de entender o que empresários e gestores sabem e entendem a respeito das políticas públicas que o município coloca em prática na promoção do desenvolvimento industrial.

O tratamento de dados foi estruturado para alcançar os objetivos da pesquisa, os questionários respondidos por oito empresários do setor industrial iguaçuense teve o objetivo de identificar como as políticas públicas impactam o desenvolvimento industrial do município, na percepção dos mesmos, e para demonstrar como as áreas industriais de Foz do Iguaçu impactam no desenvolvimento socioeconômico da cidade, oito questionários iguais foram direcionados aos gestores públicos do setor que atuam no município de Foz do Iguaçu.

Conforme explicado na introdução dessa dissertação, para preservar a identidade dos participantes da pesquisa os mesmos serão identificados pelos seguintes códigos: os empresários pela letra “E” seguido dos números de 1 a 8, e os gestores serão identificados pela letra “G” seguido dos números de 1 a 8.

Para melhor compreender e comparar as respostas dadas pelos participantes da pesquisa cada pergunta gerou um bloco em forma de quadro com as oito respostas dadas. As respostas dos empresários e gestores contribuem para esclarecer como as políticas públicas impactam, ou não, o desenvolvimento industrial do município de Foz do Iguaçu.

Assim, este capítulo traz um item com as respostas do questionário na visão dos empresários, outro item com as respostas apresentadas pelos gestores e um terceiro item que discute e compara as informações obtidas.

5.1 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO, NA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA INDÚSTRIA IGUAÇUENSE

A investigação realizada junto aos oito (8) empresários iguaçuenses que foram escolhidos de diferentes áreas industriais e também diferentes ramos de negócios industriais, sendo alguns empresários mais antigos no local e alguns mais recentes, para obter diferentes visões em relação ao desenvolvimento industrial do município e como são vistas as políticas públicas neste setor. Inicialmente, foi questionado se o planejamento de desenvolvimento das áreas industriais é realizado a partir do diálogo com os industriais da região, buscando compreender se ocorre o diálogo entre as partes interessadas para planejar ações que conduzam ao desenvolvimento industrial no município. Assim, também foi questionada a possibilidade de resposta afirmativa para informar como os projetos são discutidos e a contribuição dos mesmos para estabelecer um planejamento para a indústria local e, conseqüentemente, o desenvolvimento das áreas industriais.

As respostas dos empresários demonstraram descontentamento com a administração pública, pois todos afirmaram que não existe planejamento e, muito menos, diálogo, o que indica que não são discutidos os processos de desenvolvimento industrial e acontecem à revelia do poder público. O Quadro 2 apresenta a transcrição das respostas à questão 1 obtidas junto aos empresários.

Quadro 2: Informações dos empresários sobre planejamento industrial

E1: Não existe planejamento nem diálogo.
E2: Não existe planejamento nas áreas industriais e também não existe diálogo com os empresários.
E3: Não existe planejamento e também não há diálogo.
E4: Não existe nenhum planejamento e nem diálogo para discussão dos projetos.
E5: Não, existe planejamento e nunca tivemos diálogos com gestores, e não há projetos ou planos de melhoria para a área industrial.
E6: Não somos ouvidos e o planejamento do desenvolvimento das áreas industriais nunca foi realizado diálogo com gestores e empresários. Quando temos alguns problemas não temos onde recorrer se sentimos abandonados.
E7: Não. Não tem flexibilidade.
E8: Não. Nunca teve planejamento sobre tal.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

No entender de Ribeiro; Bastos; Correia (2016), não se pode desenvolver atividades sem planejamento e, nesse aspecto, considera-se que ao planejar e

determinar corretamente um modelo que contribua para caracterizar dados de arrecadação, produção, custos, lucros, contribui-se também para a compreensão e prevenção de impactos e mudanças que possam ocorrer, determinando valores futuros para gerar previsões e formulação de políticas públicas.

Quando se fala em planejamento industrial refere-se ao desenvolvimento das áreas industriais, o que envolve a política industrial de inovação e de comércio exterior, infraestrutura, tributação, relações do trabalho, educação, meio ambiente, segurança jurídica e macroeconomia. Assim, foi perguntado aos empresários, como o município atua para indicar caminhos e mudar os rumos do desenvolvimento industrial na cidade de Foz do Iguaçu. O Quadro 3 apresenta as respostas da questão 2 obtidas junto aos empresários.

Quadro 3: Opinião sobre a atuação municipal nas áreas industriais

E1: No início, por volta de 2009 ou 2008, a prefeitura lançou um programa que criava o distrito industrial, e dava incentivos às empresas que aderissem ao programa, incentivando desta forma o fomento de novas empresas, e conseqüentemente geração de empregos. Contudo, nos últimos anos estes incentivos se acabaram e não observamos mais nenhuma ação, por parte do município, para o desenvolvimento da região.
E2: A prefeitura não ajuda em nada, todo ano tem que correr atrás da licença do meio ambiente, e não recolhe o reciclado.
E3: A prefeitura não ajuda em nada, todo ano precisamos correr atrás para regularizar documentos e somente somos cobrados pelas obrigações e não percebemos melhorias para o desenvolvimento industrial.
E4: A prefeitura não ajuda cada um se vira como pode.
E5: A prefeitura tinha um programa de desenvolvimento que cedia os terrenos na área industrial para empresas que cumprissem determinadas metas e também concedia benefícios como isenção de IPTU também para empresas que atingissem metas estabelecidas.
E6: A prefeitura não ajuda em nada e não tem um plano claro para identificar os rumos que a cidade deve tomar para o desenvolvimento não temos um espaço de infraestrutura para grandes empresas para atuar em Foz do Iguaçu.
E7: Não tem incentivo, e somente temos que cumprir com as regras.
E8: O município não atua nas áreas industriais não mostra caminhos nem alternativas para melhorias.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

As respostas apresentam uma série de afirmações de descontentamento com a situação industrial do município que há cerca de 15 anos não desenvolve um planejamento de políticas públicas eficaz para o desenvolvimento das indústrias locais, para eles não há um direcionamento adequado que possa efetivar ações que impulsionem o desenvolvimento industrial. Houve quem afirmasse que “cada um se vira como pode”. Entretanto, é sabido que quando há planejamento e os industriais se associam para voltar suas atividades para o crescimento, o progresso é maior e o crescimento beneficia a todos, especialmente, na geração de renda, pois consegue

gerar empregos que beneficiam a sociedade em geral.

A visão de que Foz do Iguaçu está localizada num local que não propicia o crescimento das indústrias, vem ao longo dos anos, minando os impulsos de crescimento desse setor. Foz do Iguaçu não é o fim da linha, mas pode ser um começo promissor.

Desta forma, foi questionado aos empresários sobre considerações a respeito do crescimento econômico da região da Tríplice Fronteira, a criação de oportunidades de trabalho e a elevação de renda da população, questionando como o município de Foz do Iguaçu enfrenta a tarefa de criar políticas públicas de desenvolvimento industrial e quais as políticas adotadas pela administração pública. O Quadro 4 apresenta as respostas da questão 3 obtidas junto os empresários.

Quadro 4: Informações sobre políticas públicas para as indústrias

E1: Como respondido na questão anterior, não se tem observado, por parte da prefeitura, nenhuma ação de políticas públicas de desenvolvimento. Quando do início tivemos incentivos, como isenção de IPTU por alguns anos, e em contrapartida a empresa deveria gerar determinado número de empregos. Mas este benefício já se encerrou, e hoje arcamos com pesados valores de IPTU e outras Taxas da prefeitura, como: Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Verificação.
E2: Se faz é somente na área do turismo na área industrial não existe.
E3: O município deveria elaborar um plano de reorganização da área industrial promovendo políticas de incentivos para atração de empresas que gerem valor agregado e amplia a oferta de emprego.
E4: Somente no turismo na área industrial não existe. O asfalto foi feito em 2019, e não teve mais melhorias.
E5: Nos dias de hoje não se tem mais observado nenhum programa de incentivo da prefeitura para o desenvolvimento da área industrial.
E6: É necessário reformular a legislação vigente e criar políticas públicas, através do diálogo com a iniciativa privada. O município precisa respeitar as questões ambientais e sanitárias e não podemos ter empresas poluentes e devemos pensar quais indústrias podem se instalar na cidade. O município precisa de uma reorganização da área industrial promovendo políticas de incentivos para atração de empresas que gerem valor agregado e amplia a oferta de emprego.
E7: Não possui nenhum incentivo, não tem compatibilidade com a realidade e não se enquadra com o padrão do município e as políticas públicas são somente do turismo.
E8: Houve um pequeno desenvolvimento por causa da construção da Perimetral Leste, mas somente isso, os antigos os antigos comerciantes da área estão sem auxílio nenhum.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

A invisibilidade dos setores econômicos que não estão voltados para o turismo e, até mesmo, a população iguaçuense é uma queixa dos empresários. Para mais de um entrevistado é clara a necessidade de se desenvolver uma legislação específica dotada de políticas públicas que permitam igualdade no desenvolvimento de diferentes setores econômicos municipais. A queixa de que há políticas públicas voltadas apenas ao setor turístico é comum em todos os segmentos da economia municipal. Não há incentivos fiscais para que empresas se instalem em Foz do Iguaçu,

o que não contribui para a geração de empregos e acaba empurrando a população de baixa renda para atuar na ilegalidade do comércio de fronteira.

Desta forma, foi questionado aos empresários se eles consideram que a adesão à política de incentivos fiscais contribui para promover o desenvolvimento industrial. Buscou-se informações sobre em que condições o município pratica medidas para corrigir distorções tributárias, e investigou-se se simplificar o sistema de arrecadação de impostos e estimular os investimentos e criação de empregos contribui para que envolvam as empresas instaladas nas áreas industriais de Foz do Iguaçu. O Quadro 5 descreve as respostas da questão 4 obtidas junto aos empresários sobre a questão.

Quadro 5: Opinião sobre incentivos fiscais.

E1: Não tem nenhuma política de incentivos fiscais, e conseqüentemente não existe medidas para criação de empregos.
E2: Não, nem o IPTU teve isenção. Não teve nenhum benefício de nada.
E3: O município tem uma lei possui algumas políticas de Incentivos isenção de IPTU, etc., mas os incentivos são insuficientes para desenvolvimento industrial.
E4: IPTU teve isenção nos primeiros 10 anos
E5: O município não tem políticas de incentivos fiscais e nem investimento para criar empregos nas áreas industriais.
E6: O município não possui medidas para corrigir as distorções tributarias e simplificação do sistema de arrecadação, não condiz com a realidade econômica do município e também não possui estímulos para geração de empregos.
E7: Não existe incentivos fiscais para desenvolvimento industrial
E8: Nosso município é um dos poucos que não tem auxílio nenhum para as áreas industriais, aqui os terrenos são comprados instalações são feitas pelo próprio comércio, sem isenção de nada.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os incentivos fiscais são entendidos como instrumentos a serviço das políticas públicas, entretanto, segundo Barbosa (2008), quando se faz uma concessão ou fruição dos incentivos fiscais, deve manter o cuidado de controle jurisdicional, pois quando não se arrecada tributos coloca-se em risco o orçamento. Neste caso, quando o município dispensa a tributação para incentivar as indústrias a gerar empregos, está automaticamente abrindo mão dos recursos e colocando em risco o orçamento municipal.

Foi exposto aos entrevistados por meio desse formulário que a necessidade de melhoria do ambiente econômico requer que ocorra modernização e correção das deficiências da infraestrutura: oferta de gás natural, de combustíveis, de energia elétrica, a nova ponte e construção da Perimetral Leste. Pensando nisso, o questionamento proposto é para saber quais medidas o município adota para

assegurar a efetiva competitividade das empresas das áreas industriais. O Quadro 6 traz as respostas da questão 5 obtidas dos empresários entrevistados.

Quadro 6: Opinião a respeito das políticas de estabelecimento de competitividade entre as empresas da área industrial

E1: Nenhuma. Um problema recorrente que enfrentamos aqui do distrito industrial tem sido as constantes quedas de energia elétrica sempre que se forma um mal tempo.
E2: Tem que fazer tudo por conta própria sem incentivo da prefeitura.
E3: Deveria ter uma parceria com os poderes estadual e federal investir principalmente na infraestrutura.
E4: Acredito que a energia seja mais em conta para as empresas, porém não tenho certeza.
E5: Nenhuma. Ainda há ruas não asfaltadas no bairro além de muitas ruas esburacadas por exemplo. A obra da perimetral leste talvez seja o primeiro passo para uma melhora.
E6: O município fornece somente a infraestrutura básica e alguns incentivos tributários que são insuficientes para atrair as empresas e os empresários migram para outros municípios próximos para se beneficiarem de alguns incentivos oferecidos que são mais atraentes ou vantajosos.
E7: Nenhuma. Um problema recorrente que enfrentamos aqui do distrito industrial tem sido as constantes quedas de energia elétrica sempre que se forma um mal tempo. Somente vai piorar, devido o fluxo do trânsito
E8: As indústrias das áreas industriais estão há anos solicitando ao município uma rede elétrica que consiga suprir as necessidades dos mesmos, redes de esgoto, pavimentação asfálticas entre outros.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os empresários pontuaram questões relacionadas à infraestrutura, como é o caso da energia elétrica e do asfalto que ainda são insuficientes para as indústrias locais ali instaladas. Os empresários disseram que a prefeitura não propõe melhorias e os incentivos e políticas que solucionem os problemas apresentados não existem. As afirmações realizadas indicam que ocorre uma indiferença em relação aos problemas das áreas industriais, a rede de energia elétrica não apresenta um suporte que resista ao uso industrial, o saneamento básico de rede esgoto não existe e a pavimentação deficiente dificulta o acesso. Segundo os empresários, é como se eles não existissem ou não tivessem importância para o desenvolvimento da cidade.

As empresas precisam contar com o fomento necessário para o crescimento de sua produção. Neste aspecto, as respostas dadas pelos empresários indicam que não existem políticas públicas de fomento empresarial no município de Foz do Iguaçu.

Foi perguntado aos empresários se o município conta com mecanismos que propiciem condições favoráveis para o acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento regional que possa aumentar a eficiência da administração municipal no setor industrial. O Quadro 7 demonstra as expectativas dos empresários em relação a créditos e financiamentos para suas indústrias apresentados na questão 6.

Quadro 7: Opinião sobre as questões relacionadas a financiamento industrial.

E1: Desconheço algum crédito que o município ofereça para o setor industrial.
E2: Se tem algum acesso ao crédito não conhecemos.
E3: Possui alguns incentivos, mais ainda de forma insuficiente para o desenvolvimento das áreas industriais.
E4: Não existe incentivo e as cobranças para as empresas durante a pandemia continuaram normalmente.
E5: Desconheço algum crédito ou estímulo para o setor industrial.
E6: Acesso a crédito para as áreas industriais não existe e o acesso de recursos financeiros para micro e pequenas empresas ou microempreendedores individuais de competência do município e a tomada de crédito para empresas do comércio industrial é realizado pelas próprias empresas que solicitam créditos no mercado financeiro privado ou governamental e não existe participação do município. Somente o estado oferece o acesso ao crédito como cooperativas de crédito e a Fomento PR, para atender a atual demanda de crédito para o desenvolvimento empresarial.
E7: Não, somente tem para MEI, para microempresas.
E8: Não, aqui nunca houve nada disso, nosso município é focado somente no turismo.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

A maior queixa dos empresários é a falta de investimento do município no desenvolvimento empresarial das indústrias, eles consideram que o turismo é privilegiado e que o município não tem programas voltados para o desenvolvimento das indústrias.

De acordo com Weber (2022) a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou pesquisa com 196 grandes empresas da indústria brasileira, apontando que somente 10% das empresas utilizaram financiamento público para seu desenvolvimento e pesquisa, indicando que 89% das empresas custeiam suas atividades de pesquisa em inovação com recursos próprios e sem contar com leis de incentivo fiscal ou financiamento público. Essa é a realidade nacional que reflete em todas as esferas de investimentos industriais no Brasil e, Foz do Iguaçu, não foge à regra, esse tipo de constatação demonstra que há muito a ser feito para o desenvolvimento industrial na região e que o município deve voltar uma atenção maior para as políticas públicas de incentivo à indústria de forma a promover o desenvolvimento.

O questionamento a respeito das políticas voltadas ao desenvolvimento industrial no município é pertinente e se relaciona ao favorecimento de mudanças nas políticas já adotadas e que são consideradas necessárias para remover os entraves que prejudicam as empresas e comprometem a competitividade nas áreas industriais de Foz do Iguaçu. O Quadro 8 demonstra a opinião dos empresários a respeito dos entraves ao desenvolvimento industrial no município questionados na pergunta 7.

Quadro 8: Opinião dos empresários sobre os entraves ao desenvolvimento industrial

E1: As políticas do desenvolvimento industrial não favorecem a remoção de entraves e a legislação tributária está com vários problemas dificultando a interpretação.
E2: Em nosso caso não prejudica nem favorece.
E3: Tem vários problemas nas legislações e são necessários emendas e aprovações na câmara para ajustar erros do passado.
E4: Não favorecem para as mudanças.
E5: Não, atualmente desconheço incentivos na área.
E6: Não percebemos mudanças para atrair novas empresas e nem mudanças na solução de entraves para desenvolvimento das áreas industriais. Pelo contrário são muitos problemas nas legislações de erros do passado de políticas públicas mal elaboradas poucos incentivos nada atraentes para as empresas.
E7: Não. Não tem nenhum favorecimento
E8: Não. Não temos políticas de desenvolvimento e precisamos urgentemente de um secretário um gestor que pelo menos olhe para esse setor.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Um dos entraves apontado por E1, está relacionado à legislação tributária que necessita ser revista para melhorar a interpretação e a proteção às empresas. E3 aponta que existem erros na legislação que precisam ser corrigidos pelo legislativo para que as empresas possam buscar o apoio ao desenvolvimento. E6 considera que é importante atrair novas empresas, solucionar os entraves corrigir os erros na legislação e melhorar a elaboração das políticas públicas para que a atuação industrial seja mais atraente e produtiva e, E8 postula a necessidade de melhorar a gestão do setor industrial no município.

A respeito das medidas que possam mitigar o e impulsionar o crescimento industrial no município, percebe-se que há limitações administrativas que necessitam ser superadas para que se concretize o intento do crescimento industrial municipal.

De acordo com a Lei no 4.638, de 23 de julho de 2018, que define a estrutura administrativa do Município de Foz do Iguaçu e que foi alterada conforme a Mensagem Nº 049/2022, cujo art. 35 da referida lei municipal aponta que cabe à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário, desenvolver políticas para promover a inclusão socioeconômica da população no Município de Foz do Iguaçu.

Cabe ao município apoiar e promover a capacitação e formação profissional voltados à indústria e semi-indústria, voltados para elevar os padrões de eficiência no setor da indústria e comércio, incrementando a política municipal de fomento às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, visando ao desenvolvimento harmônico dessas atividades, planejando e executando programas e medidas que visem ao fomento industrial e comercial e de empreendedorismo no

Município.

Também cabe-lhe a função de proceder estudos sobre questões que interessam ao desenvolvimento da indústria e comércio e do empreendedorismo no Município, opinando sobre matérias de interesse industrial e comercial que deem andamento a trabalhos técnicos de divulgação e promoção da indústria e comércio, efetuar a promoção econômica e as providências necessárias visando à atração, localização, manutenção e desenvolvimento de iniciativas comerciais e industriais de sentido econômico para o Município (PMFI, 2022).

Entretanto, não basta discutir e promulgar a lei, é preciso que cada setor voltado para o desenvolvimento do município atue no sentido de praticar o que está estabelecido, o que não se identifica nas respostas dos empresários entrevistados.

Foi também perguntado aos empresários se o poder público municipal e outros segmentos relacionados ao desenvolvimento industrial possuem agenda de reformas e promovem medidas adequadas para a construção de um município mais próspero, principalmente, na oferta de oportunidades para os empresários industriais da cidade. O Quadro 9 demonstra as respostas da questão 8 obtidas junto aos empresários das áreas industriais que participaram da pesquisa.

Quadro 9: Declarações dos empresários sobre agenda de reformas e oferta de oportunidades para a indústria iguaçuense

E1: Percebemos isto muito pouco, nossa associação comercial de Foz do Iguaçu é quem tem demonstrado mais pro atividade neste sentido.
E2: Somente existe oportunidades para os empresários do setor de turismo.
E3: Até o momento não existe uma agenda de reformas e promovem ofertas de oportunidades.
E4: Somente para o turismo.
E5: Não tenho conhecimento de projetos implantados recentemente que contribuem para essa questão.
E6: Não existe ofertas de oportunidades para o setor industrial e a Prefeitura precisa atuar para corrigir falhas do passado e evitar maiores problemas futuros devido à falta de emprego.
E7: Percebemos isto muito pouco, nossa associação comercial de Foz do Iguaçu é quem tem demonstrado mais proatividade neste sentido.
E8: Não. Já teve outras empresas que se instalaram em municípios próximos por falta de incentivo.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

O descontentamento e a falta de um setor industrial bem definido e marcado por medidas de incentivo aos industriais é, sem dúvida, um dos fatores mais marcantes para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades industriais em Foz do Iguaçu. O turismo e o comércio são os setores que mais geram emprego na cidade, mas a indústria pode se tornar um setor de empregabilidade e desenvolvimento no

município.

Uma das questões que mais impacta sobre a instalação e indústrias na tríplice fronteira é a localização geográfica que impede muitas indústrias de gerar bens e serviços na cidade. Assim, foi perguntado sobre a instalação de indústrias brasileiras no Paraguai beneficiadas pela Lei de Maquila que, partir dos anos 2000, se instalaram na região do Alto Paraná, próximo a região de fronteira, aproveitando os benefícios da Lei. Neste aspecto, questiona-se se o desenvolvimento industrial do Paraguai é visto com um estímulo ou como um problema para o desenvolvimento das indústrias das áreas industriais de Foz do Iguaçu. O Quadro 10 apresenta as respostas da questão 9, obtidas dos empresários brasileiros a respeito da Lei de Maquila.

Quadro 10: Opinião sobre o incentivo da Lei de Maquila para as indústrias brasileiras instaladas no Paraguai

E1: No nosso principal seguimento de trabalho, que é importação e exportação, não tem representado nenhum problema.
E2: Depende do produto ajuda, mas quando manda para o Paraguai, o produto retorna com preço muito alto.
E3: Penso que é um estímulo e benefícios para as áreas industriais de Foz do Iguaçu.
E4: Depende do produto ajuda, mas quando manda para o Paraguai, o preço do produto fica muito alto.
E5: É bom que traz desenvolvimento e bastante circulação de pessoas para a região.
E6: No nosso caso é bom para nossa empresa e acredito que o desenvolvimento industrial do Paraguai é uma oportunidade desenvolvimento também para nossa cidade e não pode nem deve ser visto como concorrência, mas sim como complementar para o desenvolvimento.
E7: Em nossa empresa é favorável, porém tem os dois lados as vezes serve como estímulo e as vezes como um problema.
E8: Não temos conhecimento se a lei da maquila será bom ou ruim para a empresa.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

A Lei de Maquila, criada no Paraguai, é o regime pelo qual as empresas ficam isentas de quaisquer taxas e de tributação sobre a importação de matérias primas e exportação de produtos manufaturados. Os custos de produção são menores que no Brasil, pois no Paraguai a energia elétrica tem custos bem menores que no Brasil., os aspectos burocráticos da abertura de uma empresa no Paraguai têm um tempo estimado de 35 dias, a simplificação é causada pela agregação ao Sistema Unificado de Abertura e Encerramento de Empresas – SUACE, estabelecido e gerenciado pelo Ministério da Indústria e Comércio.

A citada lei apresenta como benefícios a taxa única de 1% sobre o valor nacional na importação de bens de capital, peças e ferramentas, matérias-primas e insumos, suspendendo tarifas e impostos, sem limitar os investimentos de capital,

sejam nacionais, estrangeiros ou mistos, oferece liberdade para que sejam instaladas empresas em qualquer lugar no Paraguai, o que permite aproveitar a farta mão de obra em qualquer região do país.

O regime estabelecido pela Lei de Maquila compreende todos os investimentos realizados para instalar uma empresa no Paraguai, trata-se de um regime que favorece pessoas jurídicas estrangeiras para investir no país, permitindo que sejam subcontratadas empresas nacionais paraguaias para processar bens e serviços de exportação agregando valor aos mesmos. As matérias primas, máquinas e insumos são importadas e têm seus tributos suspensos, após manufaturados são exportados para o mercado regional e internacional. Desta forma, muitas empresas brasileiras vêm sendo atraídas pelos benefícios concedidos pelo regime estabelecido pela Lei 1.064/97 ou Lei de Maquila (SOUSA, 2020).

O Paraguai não estabelece um valor mínimo de investimentos, mas deve incorporar 40% de bens ou produtos de origem paraguaia para usufruir dos benefícios do Mercosul e da Lei de Maquila, especialmente a mão de obra e capacitação dos colaboradores paraguaios. No Paraguai a legislação trabalhista é mais flexível e favorável ao empregador, pois não tem FGTS, nem contribuição sindical, a carga horária semanal é maior e as férias possuem períodos menores, bem como as licenças maternidade e paternidade, assim, embora o salário mínimo do Paraguai seja maior, os encargos trabalhistas não atingem nem 30% da folha de pagamento, o que é um benefício se comparado com o Brasil, que ultrapassa 100% da folha de pagamento somente de encargos com a seguridade trabalhista (ALMEIDA, 2018).

Assim, como a proximidade com o Paraguai e a Lei de maquila induzem os industriais brasileiros a investir em outro lugar, também indústrias brasileiras são instaladas em outros municípios da região por receberem incentivos fiscais das prefeituras para que se instalem em seus municípios, o que não beneficia a região nem o município de Foz do Iguaçu.

A conclusão da entrevista com os empresários não poderia prescindir da referência à crise mundial provocada pela pandemia de Covid-19 e a Guerra da Rússia e Ucrânia, que vem afetando o desenvolvimento econômico do mundo todo. Foi perguntado aos empresários iguaçuenses que consequências essa crise traz para o desenvolvimento das áreas industriais de Foz do Iguaçu e se foi definido um plano consistente para superar as diversidades atuais e a solução de problemas que comprometam o desempenho do desenvolvimento da indústria no município de Foz

do Iguaçu.

O Quadro 11 traz o parecer dos empresários sobre as crises mundiais que afetam a todos apresentadas na questão 10.

Quadro 11: Impressões dos empresários iguaçuenses sobre a crise mundial

E1: Fomos bastante afetados pela pandemia, sofremos com o constante aumento de insumos para nossa pequena indústria, e no âmbito da exportação e importação, onde tivemos um considerável aumento no preço dos fretes marítimos, por exemplo. Isso afetou não só o distrito industrial, mas também toda a cidade e região no sentido que tivemos que reduzir nosso quadro de funcionários, da mesma forma que outras diversas empresas.
E2: A pandemia não afetou por ser área alimentícia, e as vendas continuaram normalmente. Incentivo somente para o turismo e desconheço algum plano de desenvolvimento da indústria.
E3: Acredito que os problemas das áreas industriais de Foz do Iguaçu não estão diretamente ligados a estas questões, da guerra, e desconheço algum plano para superar os problemas causados pela pandemia.
E4: Pandemia afetou diminuí as vendas, fechamos alguns dias e fomos muito prejudicados.
E5: Fomos afetados e acredito que todas as empresas foram de alguma forma afetadas pela pandemia. Desconheço planos da prefeitura para amenizar ou superar as diversidades, porém também acredito que não havia muito o que fazer. A prefeitura apenas seguiu os mesmos passos de outras cidades e determinações do governo federal.
E6: Não foi desenvolvido nenhum plano para recuperar nossa empresa e nem para área industrial, não foram adotadas nenhuma medida pelo município para atenuação dos impactos da pandemia. Com relação a guerra da Rússia e Ucrânia a principal consequência é o aumento dos preços dos produtos que afetam o desenvolvimento da indústria.
E7: O fechamento da empresa durante a pandemia afetou nossa empresa e não tivemos nenhuma ajuda do município para superar as dificuldades e também com a troca de governo, atrapalhou o desenvolvimento.
E8: As consequências enfrentamos sozinhos porque nosso município não teve preocupação alguma com os empresários e cada um está se mantendo como pode, outros fecharam as portas.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Segundo informações prestadas pelos empresários nenhuma empresa iguaçuense da área industrial recebeu qualquer incentivo da prefeitura para minimizar os efeitos da pandemia, algumas empresas foram mais afetadas do que outras, pois as empresas que atuam no ramo alimentício continuaram realizando suas vendas, somente as empresas que realizam manufaturamento foram afetadas mais severamente pela pandemia.

Da mesma forma, não existe um plano para minimizar os efeitos da Guerra Rússia/Ucrânia, embora os efeitos sejam menores do que a pandemia de Covid, pois não implica em isolamento social e sim no encarecimento de produtos que precisam ser importados. Os efeitos negativos do setor de produção são maximizados pela rapidez nas comunicações e tecnologias de informação, isso vulnerabiliza as empresas, fator esse que contribui para micro e pequenas empresas sejam desestruturadas e acabem sendo extintas.

5.2 IMPACTOS DAS ÁREAS INDUSTRIAIS NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS DE FOZ DO IGUAÇU

As entrevistas que foram realizadas para oito (8) gestores públicos sobre as ações do município relacionadas ao desenvolvimento industrial de Foz do Iguaçu tiveram o objetivo de identificar as políticas públicas, analisando como os gestores veem tais políticas voltadas para este setor. As mesmas perguntas realizadas com os empresários foram apresentadas para obter respostas dos gestores municipais.

Foram entrevistados profissionais que atuam como gestores da Associação de Microempresas do município de Foz do Iguaçu, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, o diretor do departamento de gestão industrial da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Agropecuário; o diretor do Departamento de Desenvolvimento de Turismo, o diretor de Empreendedorismo e o diretor de Captação de Recursos e Investimentos de Desenvolvimento Industrial, gestores que fizeram parte das gestões antigas e gestores atuais, dentre outros.

Assim, para manter o anonimato dos entrevistados, por questões éticas dedicadas à pesquisa acadêmica, identificam-se os gestores pela letra 'G' maiúscula seguida de números de 1 a 8 (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8), o que garante a privacidade dos entrevistados e a busca de garantir respostas comprometidas com a realidade do desenvolvimento industrial do município.

Inicialmente, foi questionado se o planejamento de desenvolvimento das áreas industriais é realizado a partir do diálogo com os industriais da região, buscando compreender se ocorre o diálogo entre as partes interessadas para planejar ações que conduzam ao desenvolvimento industrial no município.

O Quadro 12 apresenta as respostas à questão 1 direcionada aos gestores públicos e relacionadas ao diálogo entre empresários e gestores na construção de políticas públicas. Nesta questão, os empresários demonstraram que não são consultados e que não existe um diálogo estabelecido entre o poder público e os empresários.

Assim, é importante compreender o que os gestores declaram a respeito dessa maneira de administrar o desenvolvimento industrial do município, pois mesmo os gestores reconhecem que ocorre falta de diálogo entre empresário das áreas industriais e os gestores de departamentos do desenvolvimento industrial.

Quadro 12: Informações dos gestores sobre planejamento industrial

G1: A estruturação das atuais áreas industriais de Foz do Iguaçu foi feita com pouco ou quase nenhum diálogo com o setor privado.
G2: Antigamente o secretário da indústria e comércio era indicado pela ACIFI, porém atualmente a ACIFI, não participa mais e atualmente tem participação da CODEFOZ. Na atualidade, a aproximadamente uns três meses atrás o novo secretário Vilmar Andreola, procurou a ACIFI, para um diálogo para um planejamento das áreas industriais, para implantar uma política de estado, e não de governo, ou seja, uma política que transcendem as políticas de governo, e única forma de acontecer é com a participação da sociedade e dos Sindicatos. Atualmente, com a parceria da ACIFI, CODEFOZ e Secretaria de Desenvolvimento econômico, estão discutindo essa política de estado, com a formação 19 núcleos informais com aproximadamente 500 pessoas envolvidas, com pessoas das áreas industriais e tem uma assessoria com a consultora Edna Sanches, para apresentar proposta juntamente com a sociedade organizada, para que na próxima eleição de 2024 possa ser discutida. Além disso, Foz do Iguaçu era a terceira economia do estado e hoje é a oitava economia do estado, com uma grande concentração na Itaipu Binacional, e precisamos desenhar uma política mais consistente para as áreas industriais urgentemente.
G3: R: as políticas de incentivos fiscais e tributários são discutidas com os empresários, mas não existe um plano de desenvolvimento industrial.
G4: R: até a presente data desconhecemos a existência de planejamento industrial no município. O que existe são algumas ações do poder público que apoiam a indústria.
G5: Buscamos contato com a ACIFI, para um diálogo e preparar um planejamento com objetivo de implantar uma política de estado com formação de núcleos para discutir uma política concreta para as áreas industriais.
G6: Atualmente na secretaria Desenvolvimento Industrial, Comercial e Agropecuário, não temos planejamento industrial no município e o que existe são ações do poder público que apoiam a indústria e possui políticas de incentivos fiscais e tributários que são discutidas com os empresários, mas não existe um plano de desenvolvimento industrial.
G7: Não, o planejamento do desenvolvimento das áreas industriais nunca foi realizado com diálogo com os industriais. A primeira configuração dos distritos industriais foi criada nos anos 90, e houve uma série de problemas e não se fundamentou com análise e as necessidades do mercado e as áreas foram delimitadas e criados lotes sem levar em consideração a demanda do tamanho da área em relação ao empreendimento pretendido e os contratos eram muitos frágeis e teve vários problemas jurídicos convertendo em processos na fazenda pública do Paraná. Os modelos licitatórios eram frágeis não consideravam o modelo de negócio de empreendimento e as empresas que adquiriram terrenos muitos maiores que precisavam e não cumpriram com as obrigações.
G8: O município não tem diálogo com os industriais e não são discutidos com os empresários e planejamento nunca teve.

Fonte: Autoria própria

Em relação ao diálogo com o setor industrial, os gestores confirmam a declaração dos empresários, de que esse diálogo e trabalho conjunto em prol do desenvolvimento não existe. Analisando algumas falas percebe-se que há embate de poder político dentro da administração pública que impedem o diálogo. As competições entre os poderes da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu – CODEFOZ, é apontada pelos gestores como um dos fatores de impedimento do diálogo, o que eles afirmam que estão tentando o diálogo e a formação por meio de discussões direcionadas ao desenvolvimento. No entanto, esse é um fazer de cunho político que a administração pública vem desenhando e protelando para o ano de

2024, claramente direcionando o problema para as eleições municipais do próximo ano. Os gestores são unânimes em afirmar que o planejamento de desenvolvimento industrial não existe e, assim as políticas públicas de desenvolvimento das áreas industriais, que enfrentam problemas de infraestrutura, continuam sem solução.

A pergunta que questiona se o desenvolvimento das áreas industriais envolve a política industrial de inovação e de comércio exterior, infraestrutura, tributação, relações do trabalho, educação, meio ambiente, segurança jurídica e macroeconomia, e como o município atua para indicar caminhos e mudar os rumos do desenvolvimento industrial na cidade de Foz do Iguaçu, foi respondida pelos gestores e identifica que há déficit de conhecimento a respeito da gestão industrial municipal.

O quadro 13 apresenta a resposta da questão 2 direcionada aos gestores.

Quadro 13: Opinião dos gestores sobre a atuação municipal nas áreas industriais

G1: Não há políticas claras e eficazes por parte do município que visem promover o desenvolvimento industrial.
G2: O município tem poucas empresas nas áreas industriais. A ACIFI, criou o centro de integração, a logística agro e saúde. Agro porque estamos rodeados de municípios do agronegócio. Surgiu também a ideia de uma Gestão coordenadas de fronteiras, para implantar um projeto piloto em foz do Iguaçu para produtos derivados do agro. Faltam políticas adequadas para desenvolver as áreas industriais pois temos abundância de recursos, como royalties, porém precisa ser usado corretamente. A Itaipu em conversa com a ACIFI, destacou como prioridade número 1 do município é um projeto de captação do rio tamanduá e a prioridade número 2, a criação de um plano diretor que custa em torno de 4 a 5 milhões de reais, que deve ser apresentado o projeto até dia 15 de julho.
G3:Atendendo prontamente as demandas dos empresários
G4: historicamente o município vem atendendo demandas pontuais das empresas, alterando a legislação em vigor de forma isolada.
G5: O município atende demandas pontuais das empresas, alterando a legislação em vigor de forma isolada.
G6: O município atende demandas pontuais das empresas, alterando a legislação em vigor de forma isolada e estamos realizando ações para manter as empresas existentes e organizando para as empresas cumprir com as obrigações.
G7: No meu entendimento a cidade não tem um plano claro, para identificar os rumos que a cidade deve tomar para o desenvolvimento industrial e somos uma cidade territorialmente pequena e não temos um espaço de infraestrutura para grandes empresas para atuar em Foz do Iguaçu. Penso que o desenvolvimento deve estar focado na indústria de base tecnológica de alto valor agregado e pouca área territorial, mas não existe um estudo um plano um planejamento que direcione nesse sentido e como exemplo é não ter aproveitado a lei aprovada no ano 2004 que estimulava as plantas industriais de eletroeletrônicos, mas nunca nos aproveitamos dessa importante política pública e por razões fundamentalmente políticas não deu continuidade e a cidade acabou perdendo com isso.
G8: O município não tem nada e falta um conhecimento dos empresários para cobrar os direitos, pois não sabem onde se reportar e como se defender.

Fonte: Autoria própria

Os gestores indicaram a inexistência de políticas claras direcionadas ao desenvolvimento e indicam que por se tratar de pequenas áreas industriais, não desenvolvem as políticas públicas voltadas para todos, mas atendem as demandas

individuais dos empresários. Esse procedimento indica desrespeito à igualdade de acesso, indica parcialidade e acomodação à realidade sem questionar se está cumprindo a Lei Orgânica do município que prevê os direitos iguais para todos os que desejam estabelecer empresas nas áreas industriais do município, percebe-se que o compromisso com o desenvolvimento industrial não está na pauta dos gestores do setor. Mais do que levar os empresários ao cumprimento de regras, é necessário apresentar uma política de apoio aos empresários e de alguma forma, responder aos anseios dessa população.

A questão relacionada ao crescimento da economia industrial na região da Tríplice Fronteira, enquanto criação de oportunidades de trabalho e elevação de renda da população, pergunta como o município de Foz do Iguaçu enfrenta a tarefa de criar políticas públicas de desenvolvimento industrial e quais as políticas que são adotadas pela cidade. O quadro 14 apresenta as respostas dos gestores para a pergunta 3 da entrevista.

Quadro 14: Informações sobre políticas públicas para as indústrias

G1: Atualmente existe legislação aplicada às atuais áreas industriais, mas que se mostraram ineficientes. É necessário reformular a legislação vigente e criar políticas públicas, através do diálogo com a iniciativa privada.
G2: Teremos um forte concorrente que é o Paraguai, no projeto maquila que foi criado com objetivo de fornecer para o mercado brasileiro. O município está trabalhando para diminuir o custo logístico para diminuir os custos. Porém, um dos maiores problemas é questão sanitária, pois tem que estar aprovado essas questões sanitárias e devemos sendo necessários construir barreiras sanitárias. Precisamos pensar em quais industriais nós queremos, e precisamos respeitar as questões ambientais e sanitárias e não podemos ter empresas poluentes aqui em Foz do Iguaçu, portanto precisamos pensar em indústria de alta tecnologia e de alto valor agregado. Como exemplo temos um projeto para a criação de tilápia no lago de Itaipu, e não é mais permitido fazer açudes sendo que o Oeste do Paraná é o maior produtor de tilápias da América do Sul. A tilápia é possível exportar e é uma ótima opção para exportação, e precisamos pensar essa questão da logística.
G3: através de leis de incentivos fiscais e tributários a exemplo da Lei 3.702/10.
G4: R: não existe uma política industrial no município, mas sim um programa denominado PRODEFI criado através da lei n.º 3.702/10, que dá incentivos fiscais as empresas, não somente a indústrias
G5: O município possui o PRODEFI criado através da lei n.º 3.702/10, que oferece incentivos fiscais as empresas.
G6: O município está trabalhando de acordo com o Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu PRODEFI, criado através da lei n.º 3.702/10, que oferece incentivos fiscais as empresas, porém estamos atuando e buscando melhorias com o objetivo manter as empresas existentes e atrair novas indústrias para as áreas industriais.
G7: O Município tem feito algumas iniciativas na criação políticas públicas de desenvolvimento foi criada no ano de 2017, mas percebo que o município ainda carece de mecanismos para dar em eficiência e não existe uma infraestrutura interna de gestão para colocar em prática um exemplo é a política pública de tecnologia de informação, que foi regulamentada em 2018, e até 2022 e triplicou o número de empresas, funcionários, faturamento e geração de receita e houve um certo esforço na sua institucionalização.
G8: Os empresários estão abandonados, não tem uma visão sobre o funcionamento, e também não existe nenhuma política e nem um incentivo.

Fonte: Autoria própria

Alguns gestores respondem esta questão burocraticamente indicando as leis municipais e medidas de gestão que não são colocadas em prática, outros consideram que é necessário criar mais leis, outros consideram que as leis existentes precisam ser colocadas em prática em favor do desenvolvimento industrial. Questões sanitárias e ambientais são colocadas como entraves ao desenvolvimento pelos gestores, indicando que até houve um desenvolvimento significativo antes da pandemia de 2020.

Foi perguntado aos gestores se aderindo à política de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento industrial, o município pratica medidas para corrigir distorções tributárias, simplificar o sistema de arrecadação de impostos e estimular os investimentos e criação de empregos, que envolvam as empresas instaladas nas áreas industriais de Foz do Iguaçu, tendo em vista que o desenvolvimento das áreas industriais é necessário ao desenvolvimento regional. O quadro 15 apresenta as respostas dos gestores para a pergunta 4, relacionadas a incentivos fiscais voltados para o desenvolvimento industrial.

Quadro 15: Opinião dos gestores sobre políticas de incentivos fiscais

G1: Não. A política de incentivos atual é defasada e desconectada da realidade econômica do município.
G2: Na verdade, não temos essa é a realidade.
G3: existe o tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas.
G4: através PRODEFI criado através da lei n.º 3.702/10 algumas empresas vêm recebendo incentivos fiscais e tributários. Contudo o referido programa tem se mostrado ineficaz para a criação de emprego e renda.
G5: Possui o PRODEFI, porém programa tem se mostrado ineficaz para a criação de emprego e renda.
G6: Precisamos criar uma espécie de compensação para o município das empresas que não construíram as metragens necessárias e estão ilegais, sendo que aproximadamente 40% das empresas estão no local de forma ilegal e estamos reavaliando os terrenos das áreas industriais já que o PRODEFI tem se mostrado ineficaz para a criação de emprego e renda.
G7: Não, não vejo medidas de correção de distorções tributárias e simplificação do sistema de arrecadação e estímulos de emprego. Como exemplo, é o fato que as licitações que aconteceram em 2018, 2019 e 2020, algumas áreas que foram licitadas na época sequer foram cobradas o valor da outorga e até o momento não conseguem pagar pois, a prefeitura não consegue criar mecanismos para receber.
G8: Não, pelo contrário o município dificulta a vida do empresário e colocam obstáculos para o empresário não empreender.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os gestores ao responderem às perguntas vão delineando a pouca importância dada pelo poder público ao desenvolvimento industrial do município, segundo eles, os incentivos fiscais não existem. Outros citam a Lei n. 3.702 de 2010, ou seja, uma lei

que está considerando a realidade do município há 13 anos passados e, que, até agora, não funcionou. Alguns gestores consideram que o município dificulta a vida dos empresários porque não coloca a lei em prática. As autarquias municipais criadas para gerir a questão, como o PRODEFI, não funciona em benefício dos empresariados industrial, talvez seja esta a razão dos empresários reclamarem que os recursos estão todos voltados para desenvolvimento do turismo.

É preciso mais do que destinar áreas públicas para instalar indústrias, é fundamental realizar políticas públicas que deem segurança aos industriários, especialmente colocando a infraestrutura necessária para não onerar a produção, acesso dos mesmos aos créditos de forma que a produção se realize.

Foi perguntado aos gestores se a necessidade de melhoria do ambiente econômico requer que ocorra modernização e correção das deficiências da infraestrutura: oferta de gás natural, de combustíveis, de energia elétrica, a nova ponte e construção da Perimetral Leste e como o município adota medidas para assegurar a efetiva competitividade das empresas das áreas industriais. O quadro 16 apresenta as respostas dadas pelos gestores para questão 5.

Quadro 16: Declarações sobre as medidas adotadas para as áreas industriais

G1: A infraestrutura dos distritos industriais é precária. As principais reivindicações do setor privado ainda não foram atendidas. Existem diversos gargalos básicos a serem vencidos.
G2: A infraestrutura em dois anos teremos todas as condições de infraestrutura tanto na construção na nova ponte e na construção da perimetral leste, como porto seco. Portanto, teremos todas as obras do governo federal prontas. O gás natural, participei de vários estudos e é algo ainda muito distante. A questões dos combustíveis o hidrogênio é algo mais próximo, e é considerado combustível do futuro, e futuramente teremos uma produção e uma geração de proteínas animal, e tem um cronograma de investimento até 2027, um aumento estimado em torno de 42% e já estão ocorrendo encontro para tornar realidade, e isso não é previsão é fato. Mas, infelizmente não temos nenhuma política nesse sentido.
G3: não há medidas específicas, a não ser os incentivos fiscais e tributários e a facilidade para abertura de empresas.
G4: através PRODEFI criado através da lei n.º 3.702/10 o município vem pavimentando ruas, implantando galerias pluviais e outras melhorias pontuais
G5: Através do PRODEFI que é a lei n.º 3.702/10 o município realiza melhorias nas ruas, implantando galerias pluviais dentre outras obras. Não possui oferta de gás natural, e existe estudos para implementação de combustíveis de hidrogênio e estudos para produção e geração de proteínas animal.
G6: O município realiza melhorias nas ruas, implantando galerias pluviais dentre outras obras. Somente existem estudos para implementação de combustíveis de hidrogênio e estudos para produção e geração de proteínas animal.
G7: A prefeitura fornece a infraestrutura básica nas áreas e alguns incentivos tributários, mas de infraestrutura é somente o normal que eu acho que é o suficiente.
G8: O município não adota nenhuma medida para assegurar a competitividade e dificulta o empreendedorismo, e também retoma o terreno dos empresários que não cumprem com a construção da metragem sem opção de negociação com as empresas.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

As respostas pontuam que há diversidade de pensamento entre o grupo de gestores, enquanto alguns acham que a prefeitura atua adequadamente, mesmo sem adotar políticas públicas, outros acham que ocorre déficit no atendimento ao setor industrial por parte do município. O município não incentiva a modernização da gestão nem das indústrias, nem dos órgãos gestores, mesmo se tratando de um setor visivelmente voltado para o capital, termos como ‘empreendedorismo’, ‘competitividade’ são ignorados pelos gestores do setor industrial municipal.

Outra questão pontual colocada para gestores e empresários foi se o município conta com mecanismos que propiciem condições favoráveis para o acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento regional que possa aumentar a eficiência da administração municipal no setor industrial. O quadro 17 apresenta as respostas dos gestores para questão 6.

Quadro 17: Opinião dos gestores sobre acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento industrial

G1: Sim. Mecanismos de acesso ao crédito como cooperativas de crédito e a Fomento PR possuem capacidade e capilaridade para atender a atual demanda de crédito para o desenvolvimento empresarial.
G2: Até existe uma cooperativa garantidora de créditos chamada Credioeste que tem um juro de 7,66%, medida com início em julho de 2023, e ainda está sendo implementada para o microempreendedor individual.
G3: sim, o banco do empreendedor e a casa do empreendedor.
G4: o que existe no município é o Banco do Empreendedor que beneficia as micro e pequenas empresas, mas não existe um programa de credito voltado exclusivamente para a indústria.
G5: Existe o Banco do Empreendedor que beneficia as micro e pequenas empresas, mas não existe um programa de credito voltado exclusivamente para as áreas industriais.
G6: O município não tem um programa de credito voltado exclusivamente para as áreas industriais somente tem créditos para o microempreendedor individual.
G7: Não, o acesso de recursos financeiros é feito para micro e pequenas empresas ou microempreendedores individuais de competência do município a tomada de crédito para empresas do comercio industrial é característica da área industrial as próprias empresas fazem as suas tomadas de crédito do mercado financeiro seja privado ou seja governamental e não existe nenhuma participação do município nesse sentido.
G8: Não tem nada de estímulo.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os gestores citam várias instituições de crédito que distribuem incentivos e recursos federais e estaduais, mas o município não possui uma organização específica que tenha a missão de direcionar o desenvolvimento industrial do município, nisto os empresários encontram dificuldades e solicitam medidas por acharem que todos os recursos são voltados para o turismo. Percebe-se que a linguagem dos gestores não é interligada, cada um pensa de uma forma, isto indica

que ainda não existe uma preocupação em atuar para este desenvolvimento. Os posicionamentos contraditórios indicam que as políticas públicas ainda estão longe de serem devidamente direcionadas ao crescimento industrial da cidade.

Foi perguntado se as políticas voltadas ao desenvolvimento industrial no município favorecem mudanças necessárias na remoção de entraves que prejudicam as empresas e comprometem a competitividade nas áreas industriais de Foz do Iguaçu. O quadro 18 apresenta as respostas dos gestores para a questão 7.

Quadro 18: Visão dos gestores sobre políticas de desenvolvimento e remoção de entraves

G1: As políticas de desenvolvimento não favorecem as empresas a legislação é desfavorável e os incentivos não são atraentes.
G2: O código tributário do município tem que ser todo revisto e os artigos não estão redigidos corretamente, e tem muitas brechas na lei possui vários problemas.
G3: em parte sim, pois fornece outros serviços públicos exclusivos como obras e apoio.
G4: não, o PRODEFI criado através da lei n.º 3.702/10, pouco melhora a competitividade através da venda de terrenos a preços subsidiados, contudo não cria um ambiente de negócios favorável a competitividade, nem melhora a estrutura de custos e a logística.
G5: A legislação tem vários problemas e precisa ser toda reformulada.
G6: A legislação tem vários problemas e precisa ser toda reformulada. Por exemplo atualmente estamos com um problema na documentação em uma empresa de serviços que está se instalando na área industrial e que solicitou isenção do ITPBI, porém a legislação estava com erros com relação a palavra “serviços” em nosso entendimento essa empresa não tinha esse direito, porém ao consultar a promotoria pública do município que avaliou que a empresa teria sim esse direito, sendo assim precisamos reformular essa lei, passar pela aprovação da câmara de vereadores e outros órgãos, gerando assim um atraso para regularizar a documentação e conseqüentemente a liberação para a empresa atuar.
G7: Eu vejo como entraves para entrada de empresa é a disponibilização de área, e as leis de certa forma, e como são disponibilizadas as áreas. - Podemos citar como entraves o código ambiental e as leis é bastante engessado e também o plano diretor oferece alguma dificuldade em relação aos projetos. - Lentidão na aprovação de projetos públicos também é problema que não estão resolvidos pelas políticas industriais e são resolvidos em outras políticas públicas. - A política industrial não favorece para desenvolvimento das áreas industriais e devido o plano diretor e as leis ambientais, e tem que passar por várias outras regulamentações. Na verdade, a política fiscal tem a melhor boa intenção, mas o município esbarra na questão ambiental e muitas empresas não vem para cidade por causa disso na verdade. A cidade tem um plano diretor, em que fui eu que fiz no ano de 2020, mas está passando por uma revisão atualmente.
G8: A Legislação é totalmente desfavorável para ao empresário. As leis foram sendo mudadas historicamente e todas as mudanças são prejudiciais para o desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os gestores públicos foram bastante enfáticos em dizer que a legislação não favorece os empresários, há muitos entraves que impedem o crescimento, há elementos legais que dificultam as licenças para funcionamento e acabam onerando as indústrias. É indiscutível a necessidade de se reformular a legislação para áreas

industriais do município de Foz do Iguaçu, embora ao longo dos anos venham sendo desenvolvidas adequações legais para legislar sobre essa causa, ainda há muitas mudanças a serem feitas para desburocratizar o setor industrial.

Foi perguntado aos gestores se o poder público municipal e outros segmentos relacionados ao desenvolvimento industrial, possuem agenda de reformas e promovem medidas adequadas para a construção de um município mais próspero, principalmente, na oferta de oportunidades para os empresários industriais da cidade.

O quadro 19 apresenta as afirmações realizadas pelos gestores para a oitava pergunta da entrevista.

Quadro 19: Parecer dos gestores sobre a agenda de reformas e oferta de oportunidades ao setor industrial

G1: Para o setor industrial não. Essa é uma das principais preocupações atuais do setor privado, pois nossa economia é quase em sua totalidade alicerçada no setor de serviços, o que torna baixíssima a capacidade da cidade em gerar valor agregado no setor de bens de consumo. Isto compromete o cenário futuro de nossa economia. Nesta área é que a Prefeitura precisa atuar estrategicamente para evitar futuros reveses indesejados quanto à sustentabilidade econômica não apenas do setor privado, mas principalmente do poder público municipal. A prova disso é a queda constante de Foz do Iguaçu no ranking das maiores economias do Estado ocorrida os últimos.
G2: Não tem agenda de reformas e não possui oferta de oportunidades para os empresários industriais.
G3: R: em parte sim, há um esforço de atrair investimentos com a alienação de terrenos.
G4: não, recentemente a sociedade civil organização criou o AceleraFoz que, atualmente está sendo reativado pelo CODEFOZ, o qual inicia tratativas para elaboração do PDE – Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal.
G5: Não, recentemente a sociedade civil organização criou o AceleraFoz e reativado pelo CODEFOZ, responsável pela elaboração do PDE – Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal.
G6: Não, recentemente a sociedade civil criou o AceleraFoz e reativado pelo CODEFOZ, responsável pela elaboração do PDE – Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal.
G7: Eu tenho que te afirmar que não essa não é uma agenda prioritária do município e considero uma falha para planejamento do desenvolvimento do município e do país.
G8: Não existe oferta de oportunidade e nem planejamento e a legislação do município tem que ser todas revistas tem muitas brechas na lei que pode ser interpretado de diferentes formas.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os gestores afirmaram que não existem medidas assistivas de desenvolvimento para o setor industrial no município, não há uma agenda de reformas que oportunize o crescimento das áreas industriais, quando ocorre pressão da sociedade por geração de empregos e expansão da indústria, surgem algumas medidas intervencionistas para atrair investimentos. Esta é uma prerrogativa do Programa AceleraFoz e da retomada do CODEFOZ para elaborar um planejamento de desenvolvimento econômico municipal, entretanto, os gestores não consideram essa como uma agenda prioritária.

Foi interrogado os gestores a respeito da Lei de maquila que a partir dos anos 2000, levou muitas empresas brasileiras a se instalarem no Paraguai, principalmente no Alto Paraná, próximo a região de fronteira, aproveitando os benefícios dessa Lei. Assim, procurou-se saber se esse desenvolvimento industrial do Paraguai é visto com um estímulo ou como um problema para o desenvolvimento das indústrias das áreas industriais de Foz do Iguaçu. O quadro 20 apresenta as respostas para a questão 9.

Quadro 20: Conhecimento e opinião dos gestores sobre a Lei de Maquila

G1: Estímulo. O desenvolvimento industrial nas cidades do País vizinho é uma oportunidade para Foz do Iguaçu. Não pode nem deve ser visto como concorrência, mas sim como complementar ao desenvolvimento de nossa cidade e da região Trinacional. O nosso problema atual é a falta de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento industrial em Foz do Iguaçu.
G2: Vejo como estímulo, e defendo a lei maquila e hoje importamos muitos produtos industrializados da china e o Brasil é um dos maiores importadores. O presidente o Paraguai vai focar na geração emprego na área de indústria e teremos uma forte corrente. O Paraguai será um parceiro para o desenvolvimento de cidade e das áreas industriais. Temos que pensar em empresas de alta tecnologia de alto valor agregado, pois Foz do Iguaçu tem a questão ambiental de deve ser respeitada. Precisamos pensar de outros estudos medir essa relação de interdependia do Brasil com o Paraguai.
G3: sim, as empresas que se instalam no Paraguai têm acesso a condições mais favoráveis de competitividade.
G4: não houve até a presente data uma um estudo avaliado o impacto da Lei de Maquila adotada no Paraguai. Intuitivamente sabe-se que há impactos, porém não se sabe se são positivos ou negativos.
G5: Até o momento não é possível avaliar o impacto da lei da Maquila se será favorável ou desfavorável para o desenvolvimento das áreas industriais.
G6: No momento não é possível avaliar o impacto da lei da Maquila para o desenvolvimento das áreas industriais.
G7: É visto como um estímulo e uma oportunidade para o desenvolvimento das áreas industriais.
G8: Penso que a lei da maquila ajuda, mas falta empresas mais competitivas e a lei da maquila funciona para empresas de alto valor agregado, porem as empresas de pequeno porte não ajuda.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os gestores veem esse estímulo à instalação de empresas brasileiras no Paraguai como um desenvolvimento benéfico para a região, pois o Brasil se tornou ao longo dos anos um dos maiores importadores de produtos chineses e com a lei de maquila, os produtos das empresas brasileiras instaladas no Paraguai apresentam as características de produtos nacionais, não são onerados por impostos de importação e outras vantagens que as indústrias maquilas podem apresentar, especialmente, incentivadas pela disponibilidade de mão de obra e pela legislação trabalhista paraguaia menos incisiva sobre as empresas. Alguns gestores ainda não possuem uma impressão sobre os impactos dessa prática para o desenvolvimento industrial do município e, assim o reconhecem.

Enfim, foi questionado aos gestores os problemas trazidos pelas crises

recentes, pois nos últimos anos o mundo vem enfrentando problemas que afetam o desenvolvimento econômico, como a pandemia de Covid-19 e a Guerra da Rússia e Ucrânia, para saber como eles veem as consequências para o desenvolvimento das áreas industriais de Foz do Iguaçu e entender se foi definido um plano consistente para superar as diversidades atuais e a solução de problemas que comprometeram o desempenho do desenvolvimento da indústria no município de Foz do Iguaçu. O quadro 21 demonstra as impressões dos gestores a respeito da pergunta 10 da entrevista.

Quadro 21: Impressões dos gestores sobre a influência das crises mundiais

G1: Que tenhamos conhecimento não foi desenvolvido nenhum plano neste sentido.
G2: Na época da pandemia foi feito um estudo através do acelera Foz, com objetivo de potencializar ações integradas para atrair investimentos, melhorar a infraestrutura e dinamizar o ecossistema de inovação, fortalecendo e diversificando a economia de Foz do Iguaçu e região, porém mais voltado para o Turismo com o objetivo de estimular, dinamizar e diversificar a economia, gerar novos negócios e consolidar empresas de base tecnológica com foco em inovação, promover Inovação e Competitividade nos setores mais afetados e emergentes, gerar empregos de alto impacto, fortalecer o Ecossistema de Inovação de Foz do Iguaçu e executar obras estruturantes para o desenvolvimento do município e região. O projeto houve o fortalecimento da malha aérea, promoção e conexão de Foz do Iguaçu com os principais mercados turísticos, transporte de cargas e intermodalidade. Houve uma explosão de preço com um aumento em torno de 5 vezes mais, o valor dos fretes marítimos, e impacto muito em Foz do Iguaçu e no mundo todo. A ACIFI contratou um especialista que fez uma previsão e realimento de preços, com a expectativa de normalizar em 2024, porém até o momento os preços dos produtos continuam alto. Como exemplo o aumento de mais de 100%, no preço dos produtos, e um caminhão que era vendido na minha empresa por 400 mil reais antes da pandemia e atualmente custa em torno de 850 mil reais.
G3: não houve um planejamento específico para o enfrentamento da crise decorrente da pandemia, apenas restrições ao funcionamento das empresas.
G4: não se sabe quais são os impactos da pandemia sobre as indústrias locais, que são poucas, nem tão pouco houve a elaboração de um plano ou estratégia para recuperação das mesmas, exceto os esforços do AceleraFoz os quais não foram monitorados e avaliados.
G5: Ainda não se sabe quais são os impactos da pandemia sobre as indústrias locais, mas foram realizados estudos através do AceleraFoz, mas não foram avaliados.
G6: Ainda não se sabe quais são os impactos da pandemia sobre as indústrias locais, e também não foi realizado planejamento para o enfrentamento da crise da pandemia somente foram realizados estudos através do AceleraFoz. Com relação a guerra da Rússia e da Ucrânia não podemos avaliar no momento.
G7: O município não apresenta medidas para corrigir distorções inclusive as empresas solicitaram benefícios fiscais nos períodos da pandemia e o município negou os benefícios de algumas isenções fiscais e tributárias, sendo que a principal economia do município é baseada no setor de serviços. Portanto, o município negou também o congelamento de débitos durante a pandemia, que até hoje não entendemos o porquê, e com relação a guerra da Rússia e da Ucrânia não tenho como avaliar.
G8: Durante a pandemia os empresários não tiveram apoio nenhum e cada empresário se virou como pode.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

De acordo com as informações obtidas junto aos gestores, não há nenhum conhecimento de medidas adotadas pelo poder público para sanar as dificuldades enfrentadas pelas indústrias iguaçuenses durante a pandemia ou por causa da guerra.

Um gestor declarou que a única medida providencial tomada durante a pandemia não foi voltada para a indústria, pois todos os incentivos foram direcionados ao turismo, que sofreu imensamente com o isolamento social. A maioria dos gestores declarou que até o momento ainda não se tem um conhecimento a respeito dos impactos da pandemia sobre as indústrias locais. Um gestor afirmou que embora as indústrias tenham solicitado benefícios fiscais durante a pandemia, os pedidos foram negados pela prefeitura e os empresários não tiveram nenhum tipo de apoio, o que fez com que cada um se virasse como podia.

É importante reconhecer que há descaso do poder público em relação ao crescimento industrial, o que torna compreensível que o desenvolvimento regional permaneça inadequado, pois sem indústrias, a empregabilidade é reduzida, permanecendo a oferta de empregos somente no setor turístico e comercial, sem considerar o setor de produção industrial como importante para o desenvolvimento municipal.

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS DECLARAÇÕES DE EMPRESÁRIOS E GESTORES PÚBLICOS

Para melhorar a compreensão a respeito da percepção de empresários e gestores públicos do município de Foz do Iguaçu que atuam no desenvolvimento da indústria e comércio, foi elaborada uma comparação das respostas obtidas por meio do mesmo formulário apresentado aos dois grupos.

No entender de Castro e Oliveira (2014) os processos de desenvolvimento e as políticas públicas possuem processos dinâmicos, trazendo uma trajetória histórica que é formada pelos problemas de cada sociedade sendo as soluções decorrentes da capacidade de gestão de cada segmento envolvido. A solução proposta para os problemas será diferente em cada local, pois deverá sempre considerar os aspectos históricos, sociais e econômicos.

A comparação das respostas torna perceptível que existem pontos em comum entre empresários e gestores, mas a grande maioria das respostas apresentam uma variação nas intenções. Os empresários demonstram descontentamento com a insuficiência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial do município, apresentaram reclamações sobre a infraestrutura das áreas industriais, a falta de incentivo e a consideração desigual direcionada ao turismo, tornando as áreas

industriais invisíveis ao poder público, sendo que essa invisibilidade gera supressão de recursos no desenvolvimento industrial.

O Quadro 22 apresenta o comparativo de respostas obtidas nesta pesquisa.

Quadro 22: Comparação das percepções de empresários e gestores e públicos

PERGUNTAS	PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS	PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS
1 - Impactos das políticas públicas no desenvolvimento industrial do município, na percepção dos empresários e dos gestores da indústria iguaçuense.	Todos afirmaram que não existe planejamento industrial e nem diálogo dos gestores com os empresários.	A ACIFI e a CODEFOZ até tentam discutir sobre a área industrial com os empresários, mas na prática isso não acontece, não há planejamento industrial.
2 - Sobre a atuação municipal nas áreas industriais	Não há planejamento e nem incentivos da prefeitura para as áreas industriais.	A prefeitura não tem planos, os empresários não sabem a quem recorrer.
3 - Informações sobre políticas públicas para as indústrias.	Não há incentivo municipal para as indústrias somente para o turismo.	O município está trabalhando de acordo com o Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu PRODEFI, criado através da lei n.º 3.702/10, que oferece incentivos fiscais as empresas.
4 - Opinião sobre incentivos fiscais.	Não incentivo nem isenção de nenhum imposto, o IPTU só foi isento nos primeiros 10 anos.	A política de incentivos atual é defasada e desconectada da realidade econômica do município.
5 - Opinião sobre as questões relacionadas a financiamento industrial.	Os empresários desconhecem qualquer financiamento ou linha de crédito.	Existe o Banco do Empreendedor que beneficia as micro e pequenas empresas, mas não existe um programa de crédito voltado exclusivamente para as áreas industriais.
6 - Opinião a respeito das políticas de estabelecimento de competitividade entre as empresas da área industrial.	As políticas são inexistentes, há muitos problemas de infraestrutura na área industrial.	A infraestrutura dos distritos industriais é precária. As principais reivindicações do setor privado ainda não foram atendidas. Existem diversos gargalos básicos a serem vencidos.
7 - Opinião dos empresários sobre os entraves ao desenvolvimento industrial.	Não há incentivos, os problemas estão relacionados à legislação ultrapassada e problemas na gestão da indústria.	O código tributário do município tem que ser todo revisto e os artigos não estão redigidos corretamente, e tem muitas brechas na lei possui vários problemas. A legislação é deficitária.
8 - Declarações dos empresários sobre agenda de reformas e oferta de oportunidades para a indústria iguaçuense.	Não existe uma agenda e as oportunidades voltam-se para o turismo.	Recentemente, a sociedade civil organização criou o AceleraFoz e reativado pelo CODEFOZ, responsável pela elaboração do PDE – Plano de Desenvolvimento Econômico

		Municipal.
9 Opinião sobre o incentivo da lei de maquila para as indústrias brasileiras instaladas no Paraguai.	Não consideram a lei de maquila como problema e acreditam que com essa lei haverá mais oportunidades de desenvolvimento.	Sim, as empresas que se instalam no Paraguai têm acesso a condições mais favoráveis de competitividade.
10 Impressões dos empresários iguaçuenses sobre a crise mundial.	Não receberam incentivo durante a pandemia, as empresas fecharam, mas não receberam incentivo, os recursos do município foram direcionados à saúde.	Não se sabe quais são os impactos da pandemia sobre as indústrias locais, que são poucas, nem tão pouco houve a elaboração de um plano ou estratégia para recuperação das mesmas, exceto os esforços do AceleraFoz os quais não foram monitorados e avaliados.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

Os questionários foram respondidos pelos dois grupos de pesquisa e demonstram, em princípio que eles consideram as políticas com olhares diferentes, os empresários consideram estas políticas como um direito que lhes é negado por negligência do poder público, enquanto os gestores sabem que as políticas não existem, que estão voltadas para um segmento já privilegiado, representado pelo turismo e esperam que as soluções para os problemas das áreas industriais apareçam milagrosamente, pois não demonstraram em suas declarações nenhum desejo de mudança na organização de políticas públicas que possam ser efetivas no desenvolvimento industrial do município de Foz do Iguaçu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento industrial na região de Foz do Iguaçu vem sendo ao longo dos anos desmotivador, algumas empresas que se instalam na região acabam migrando para outras localidades ou até para o Paraguai. Houve mudanças na legislação municipal da área industrial transformando-a em área empresarial, abrindo precedentes para que não somente indústrias, mas também empresas de serviços possam ocupar o espaço das áreas destinadas à indústrias.

O potencial turístico de Foz do Iguaçu conduz muitas pessoas para a atuação neste segmento, seja na realização de atividades de visitação dos pontos tursticos, ou nos servios de hospedagem, transporte, gastronomia e outras ocupações ligadas ao recebimento dos visitantes, entretanto, o turismo não envolve toda a sociedade e as camadas populares excluídas dessa atividade, permanecem invisíveis, ou se dedicam a trabalhos esporádicos na travessia de mercadorias na fronteira. As atividades de produção industrial poderiam contribuir para reduzir a pobreza e o desemprego na região, mas para isso seria necessário adotar políticas públicas adequadas que contribuíssem para promover o desenvolvimento regional garantindo que haja empregabilidade e melhoria do desenvolvimento socioeconômico regional.

Inicialmente, foi investigado em documentos e publicações como o município de Foz do Iguaçu põe em prática as políticas públicas de promoção do desenvolvimento industrial no município. A pesquisa que envolveu a análise da importância da indústria para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico da cidade. Infelizmente, as áreas industriais da cidade não são reconhecidas pela própria população, isso deve à dificuldade de acesso, pelo pouco número de industriais instaladas, assim como pela deficiência estrutural dessas áreas.

Para identificar as áreas industriais foi realizado um mapeamento com pesquisa documental junto à prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, envolvendo a secretaria de planejamento urbanos e o departamento de geoprocessamento do município e, também, foram buscadas informações no *site* oficial do município sobre a legislação (leis, portarias e decretos) relacionada ao desenvolvimento e ao estabelecimento das áreas industriais de Foz do Iguaçu.

Para realizar a pesquisa sobre como as áreas industriais de Foz do Iguaçu impactam no desenvolvimento socioeconômico, foram realizadas entrevistas, com auxílio de um roteiro, com empresários e gestores públicos do setor industrial. Foi um

grande desafio para realização das entrevistas, enfrentei várias rejeições tanto de empresários e gestores, alguns pela falta de tempo outros por motivos pessoais ou político.

Entretanto, pesquisas nesta direção encontram resistência e requerem muita negociação em busca de respostas para os problemas reais do setor industrial. Inicialmente, os empresários resistiram em responder às perguntas, pois temiam apresentar declarações que pudessem comprometer o setor do empresariado ligado às áreas industriais.

Por outro lado, para obter as informações junto aos gestores foi necessário visitar diferentes departamentos, pois os gestores públicos do município encontram-se espalhados em vários prédios, uma vez que a prefeitura de Foz do Iguaçu não possui sede própria, o que também se apresenta como um fator que dificulta a comunicação entre os setores do poder municipal e também muita dificuldade para localizar os antigos gestores que fizeram parte das gestões anteriores.

Conforme exposto no quadro 22, os resultados da pesquisa apontaram que os empresários estão insatisfeitos com a inexistência de políticas públicas consistentes, que contribuam para desenvolver o setor industrial da cidade. Por outro lado, os gestores demonstraram total desinteresse em mudar o contexto do desenvolvimento industrial, admitem que o turismo é importante, mas não veem definição de investimentos do município no setor industrial, aventando a necessidade de melhorar a legislação para atender a este setor tão importante para o desenvolvimento socioeconômico do município.

A instalação de indústrias para fomentar o desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu é claramente uma necessidade, mas a pesquisa demonstrou que ainda os incentivos não são suficientes. As declarações dos empresários das áreas industriais e dos gestores públicos que atuam no setor de desenvolvimento industrial apresentam clara discordância, embora nos últimos anos as indústrias venham gerando emprego e renda para muitos habitantes do município.

O desenvolvimento industrial poderia ser maior, mas isso exige adaptação na legislação, melhoria da infraestrutura das áreas industriais e não se percebe o desenvolvimento de políticas públicas no sentido de promover esse desenvolvimento.

Diante disso, depreende-se a partir dessa pesquisa que há necessidade de o município incentivar a instalação de indústrias para a exportação, assim é fundamental investigar as causas das indústrias que fazem o desenvolvimento regional não

estarem participando do desenvolvimento industrial de Foz do Iguaçu. Outros municípios da região contam com indústrias de processamento de produtos para exportação formada por cooperativas do agronegócio, mas Foz do Iguaçu não abriga nenhuma dessas cooperativas, mesmo tendo muitos trabalhadores que se deslocam de Foz do Iguaçu para trabalhar nas indústrias de outros municípios da região. Com a construção da Ponte Internacional da Integração, que liga Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, e a cidade paraguaia temos a expectativa de desenvolvimento futuro com as obras de infraestrutura de logística que pode ser um fator estimulante na exportação e industrialização da cidade e região com melhores acesso de matéria prima.

Assim, é importante desenvolver políticas públicas que motivem a instalação de indústrias no município, gerando empregos e melhorando ainda mais o posicionamento do município no ranking nacional do índice de desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eduardo Cleber Santana de. **Agroindústrias**: a indústria motriz que desenvolve a região Oeste do Paraná. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. - Foz do Iguaçu, 2020.114 f.: il.
- BARBOSA, Hermano Antonio do Cabo Notaroberto. “Regulação econômica e tributação: o papel dos incentivos fiscais”. *In*: OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. (ORG.) **Direito tributário e políticas públicas**. São Paulo: MP, 2008, p. 237-298
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 516 p.
- BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOTEGA, E.K.; CROVADOR. K.A.; SILVA, K.C.; OLIVEIRA, G.B. Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão. **Rev. FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.79-86, jul./dez. 2006
- CASTILHA, E.D. O turismo como propulsor do desenvolvimento regional: o caso de Foz do Iguaçu-PR. **Revista Orbis Latina**, vol.7, nº 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), janeiro – junho de 2017
- CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. *In*: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.
- CASTRO, J. A. de. Política social, distribuição de renda e crescimento. *In*: FONSECA, A. FAGNANI, E. (Orgs.). **Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.
- CEPECON/UNILA. **Foz do Iguaçu já perdeu 4.174 empregos formais no período da pandemia, por Gabriela W.** Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/fozdoiguacujaiperdeu4174empregosformais>. Acesso em 10 de fev.de 2023.
- CLICK FOZ. **Prefeitura de Foz lança edital de alienação de 31 áreas do Distrito Empresarial e Industrial, (2018)**. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br /prefeitura-de-foz-lanca-edital-de-alienacao-de-31-areas-do-distrito-empresarial-e-industrial/>. Acesso em: 10 Jul 2023.
- COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 196. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de

2016, Necessidade de registro e autorização de pesquisa com seres humanos nas ciências humanas e sociais. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 10 Ago 2022.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (2013). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/clippings/bd-clippings/>. Acesso em: 09 Março 2023.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vick L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011

DESBIENS, Yvan; FERRERA DE LIMA, Jandir. Cadrage du développement Regional. **Revista Interfaces Brasil/Canadá**. Belo Horizonte, nº 4, p. 179- 192, 2004.

DRUCIAKI, V.P. **Interações espaciais e fluxos na rede de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros**: reflexões a partir de Guarapuava-PR. Guarapuava, UNICENTRO, 2013. 95 p. (monografia de conclusão de curso).

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2006.

GDIA. **Distrito Industrial de Foz do Iguaçu abriga 103 empresas**. (2019). Disponível em: <https://gdia.com.br/noticia/distrito-industrial-de-foz-do-iguacu-abriga-103-empresas>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GDIA. **Nova invasão chama atenção próximo ao Distrito Industrial no Portal da Foz**. (2019). Disponível em: <https://gdia.com.br/noticia/nova-invasao-chama-atencao-proximo-ao-distrito-industrial-no-portal-da-foz>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017

GUITARRARA, Paloma. **Industrialização do Brasil; Brasil Escola**. (2022) Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/industrializacao-do-brasil.htm>. Acesso em 27 de março de 2023.

IPADES- Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Desenvolvimento Regional e Local**, 2010. Disponível em: <https://www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php#>. Acesso em 01.02.2023.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **“Impactos da pandemia sobre a economia: o caso do Paraná”**. Portal Eletrônico do IPARDES [2020]. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Impactos-da-pandemia-sobre-economia-ocaso-do-Parana>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LIMA, A. E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 24, nº 45, p. 65-90, março, 2006.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no pós-guerra: o Caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. 33 p.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XII, n. 21, jul. 2010.

LUCCI, Elian Alabi. Território e sociedade no mundo globalizado, 2: ensino médio. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 3 ed. 289p.

MADUREIRA, E. M. P. **Análise das Principais Cadeias de Produção Agropecuárias no Processo de Crescimento Econômico do Oeste do Paraná: 1985-2010**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012, 120 p.

_____. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 5, no 2, jul/dez 2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINEZ, Rayén Quiroga. **NATURALEZA, CULTURAS Y NECESIDADES HUMANAS**. Ensayos de Transformación. MEXICO: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - PNUMA - Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2003.

MARTINS, Lavínia Raquel Martins de. **Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – PR**. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. 9 – 10 de julho de 2010. Caxias do Sul -RS: Universidade de Caxias do Sul.

MATOS, R.A.; MATOS, F. V. B. M.; CARON, A.; OLIVEIRA, G.B. **Arranjo Produtivo Local, formação de capital social e desenvolvimento na cidade de Imbituva-PR**. Rev. FAE, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 6-25, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/477/372>. Acesso em: 15 Jun. 2023.

_____. **O desenvolvimento das regiões**. Curitiba: Prottexto, 2008.

PARO, Denise. Gazeta do Povo. **Usina refez o mapa da região Oeste**, Curitiba, 05 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/especial-itaipu-30-57anos/conteudo.shtml?tl=1&id=1466444&tit=Usina-refez-o-mapa-da-regiao-Oeste>> Acesso em: 08 de abr de 2023.

PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – PTI. **Observatório territorial**. Foz do Iguaçu, 2018.

PEDROSA, B.V. **A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil: entre espaços homogêneos, polarizados e modelos espaciais**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2015.

PERROUX, François. Consideraciones em torno a la noción de Polo de Crecimiento. **Revista Cuadernos de la sociedad Venezolana de planificación**, vol. II, n. 3 – 4. Caracas: Junio/julio de 1963.

PIFFER, M. A. **Teoria da Base Econômica e o Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná no final do Século XX**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009, 167 p.

PMFI - **Prefeitura de Foz do Iguaçu e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico**. Disponível em ww.fozdoiguacu.pr.gov.br. Acesso em: 20 de jul. 2023.

PMFI - **Prefeitura de Foz do Iguaçu. Lei nº 3702, de 2 de junho de 2010**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2017/453/4537/lei-ordinaria-n-4537-2017-altera-dispositivos-da-lei-n-3702-de-2-de-junho-de-2010-que-cria-o-programa-de-desenvolvimento-economico-de-foz-do-iguacu>. Acesso em: 23 de jul. de 2023.

RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU. **Programa contraponto. Secretário de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Agropecuário de Foz do Iguaçu, Vilmar Andreola**. Entrevista exibida em 18/05/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7GdULKB2Zac>. Acesso em 02 de agosto de 2023.

RAIHER, A.; HIGASHI, H.; CARMO, A. S. S.; WEKERLIN, J. A indústria paranaense e o programa paraná competitivo: descentralização e o desenvolvimento do setor. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz: UFMA, v.21, p.41-64, 2017.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Desenvolvimento Industrial do Paraná e o Programa Paraná Competitivo**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.42, n.140, p.55-70, jan./jun. 2021

RIBEIRO, V. H.; RIBEIRO, P. S. **Considerações sobre a industrialização paranaense e novas dinâmicas em pequenas cidades**. *Geingá: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia*, Maringá, v.2, n.1, p.69-90, 2009.

RIPPEL, Ricardo. Movimentos migratórios e mobilidade na fronteira: o Oeste do Paraná frente às transformações intra-regionais de 1970 a 2010. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul-dez., 2015.

SANEPAR. (2017). **Áreas Industriais de Foz terão melhor estrutura de saneamento**. Disponível em: <https://site.sanepar.com.br/noticias/areas-industriais-de-foz>

terao-melhor-estrutura-de-saneamento . Acesso em 11 de abr.de 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2016. 9 ed. 473p.

SINTROPAR – Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu é a maior economia do Oeste do Paraná e 59ª no ranking do PIB nacional. **CABEZA NEWS**, 19.12.2022. Disponível em: <https://sintropar.com.br/noticias/foz-do-iguacu-e-a-maior-economia-do-oeste-do-parana-e-59-no-ranking-do-pib-nacional>. Acesso em 15. março. 2023.

SOUSA, Deivid Petter de. **Lei de Maquila e os aspectos vulnerabilizantes das estratégias empresariais da Dracena S/A**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração de Empresas no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Foz do Iguaçu: UDC, 2020.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SOUZA, Aparecida Darc de. **FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 50**. Londrina- PR: Editora UEL, 2002.

TEZZA, José Vicente. **Revista Painel**. n. 233, Foz do Iguaçu, junho/2008.

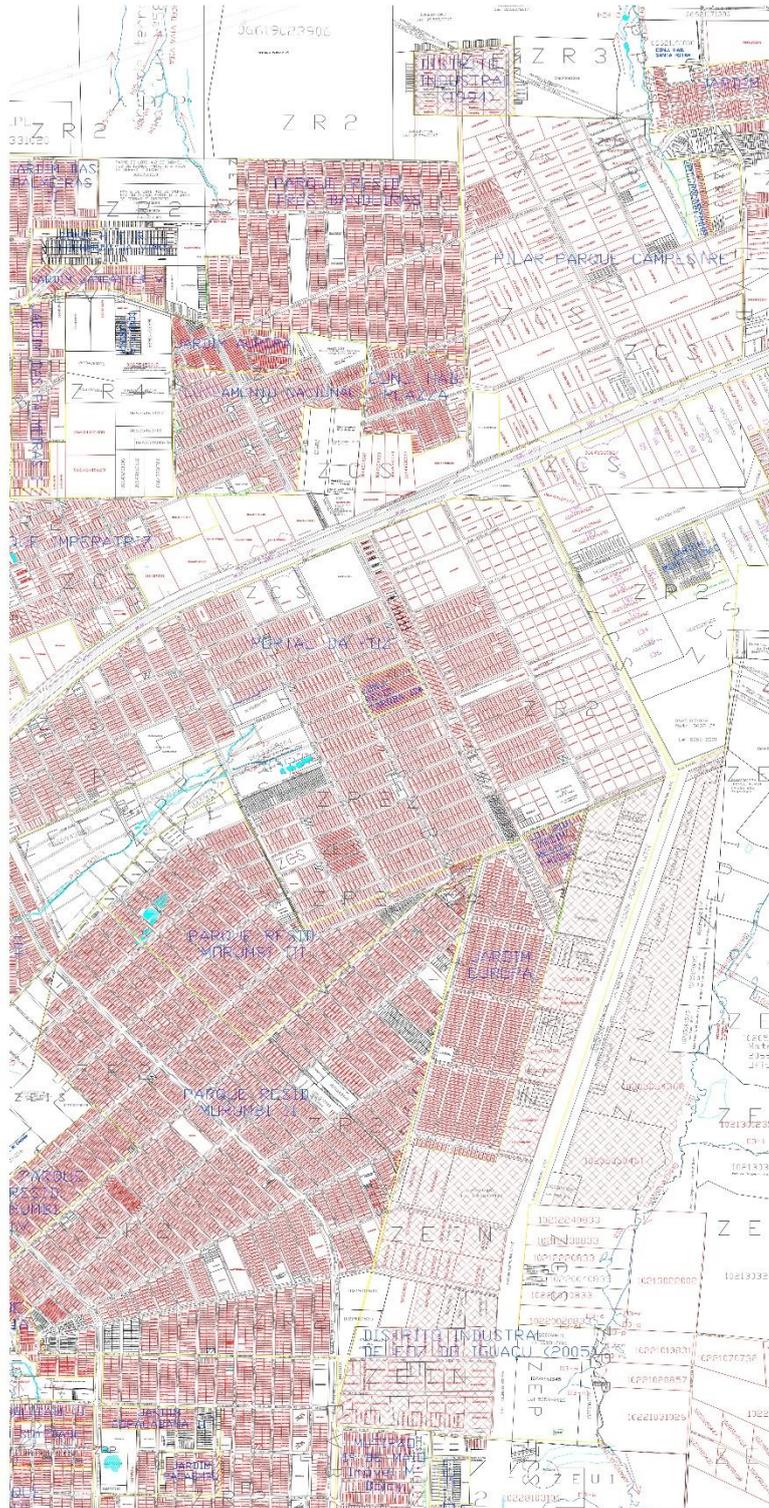
TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970 – 2000**. Maringá, Pr: Eduem, 2006.

VASCONCELOS, M. M. M; Formação de professores: o desafio de integrar estágio com ensino e pesquisa na graduação. **R. bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 90, n. 226, p. 609-623, set./dez. 2009.

WEBBER, Darcilo. **Foz em números**. Foz do Iguaçu, 2003.

ANEXOS

Mapa 1: Áreas industriais de Foz do Iguaçu



Fonte: PMFI, 2023